

A RÁDIO RENASCENÇA NA TRANSIÇÃO DE REGIME: DO 25 DE ABRIL AO 25 DE NOVEMBRO ¹

NELSON COSTA RIBEIRO *

A ideia de criação de uma emissora católica em Portugal surgiu no início da década de 1930, em diversos artigos publicados no *Diário do Minho* pelos padres Magalhães Costa e Domingos Bastos. No entanto, caberia a Monsenhor Lopes da Cruz colocar mãos à obra e transformar o sonho em realidade, o que aconteceu a 1 de Janeiro de 1937, data em que tiveram início as emissões diárias em ondas médias, para a região de Lisboa.

Ano após ano, a Rádio Renascença (RR) foi crescendo e, em 1974, nas vésperas da revolução, era uma das três grandes estações de radiodifusão, a par da Emissora Nacional (EN) e do Rádio Clube Português (RCP). No interior da RR vivia-se então um clima de vanguarda e de liberdade criativa com a transmissão de programas bastante contestatários para com o regime então vigente. Esta situação levou a Emissora Católica a ser

* Docente no Curso de Comunicação Social e Cultural da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

¹ O presente artigo resulta de uma investigação mais vasta realizada no Seminário de Investigação de final da Licenciatura em Comunicação Social e Cultural, da Universidade Católica Portuguesa, sob a orientação da Prof. Doutora Isabel Ferin Cunha. A referida investigação deu origem a uma dissertação intitulada: *A Rádio Renascença e o 25 de Abril. Da Revolução à Consolidação da Democracia (1974-1987)*, em cujos anexos estão reproduzidos parte dos documentos escritos citados neste artigo. Após a conclusão da dissertação supracitada, foi editada uma obra da autoria de A. Pereira Caldas, *Para a História da Rádio Renascença (1974-1975)*, onde também podem ser encontradas reproduções dos comunicados emitidos pelo Conselho de Gerência da Rádio Renascença, nos anos de 1974 e 1975.

Na elaboração deste artigo agradecemos a leitura atenta do Dr. António Matos Ferreira e do Dr. Paulo Fontes.

vigiada de perto pela censura e a ser considerada por diversos sectores como uma voz independente.

Como iremos ver ao longo do presente artigo, após a revolução de Abril, a situação alterou-se por completo tendo a RR sido palco de confrontos ideológicos e objecto de debate em diversos sectores da sociedade. Não só houve facções partidárias que tentaram tirar partido da estação, como no seio da própria Igreja se ouviram vozes divergentes, propondo soluções diferentes para a Emissora Católica, dada a existência de visões distintas sobre o papel que a Igreja Católica deveria assumir na nova sociedade criada pela revolução. É nesta teia de acontecimentos simultâneos, com um intenso debate a nível ideológico, político e eclesial que deve ser entendido o caso da RR, que se arrastou desde o 25 de Abril de 1974 até ao 25 de Novembro de 1975.

O nosso objectivo é relatar alguns factos menos conhecidos do caso da RR, enquadrando-os na agitação política que se vivia na altura. Mais do que interpretar os acontecimentos pretendemos dá-los a conhecer. Por esta razão, o presente texto encontra-se organizado de forma cronológica, relatando os momentos chave da luta que se travou no interior da RR.

No que se refere às fontes, e dada a sua escassez, optámos por recorrer a testemunhos orais, documentos da época não publicados e artigos disponíveis na imprensa. Os depoimentos orais foram recolhidos ao longo do ano de 1999 e acabaram por se revelar contraditórios em alguns pontos. Nestes casos optámos por incluir as várias versões no próprio texto, ou, tratando-se de acontecimentos de menor importância, acabaram por ficar excluídos do artigo que agora se apresenta. Apenas em casos pontuais optámos por uma das versões, pelo facto de nos parecer a mais credível, não só por corresponder à versão da maioria das pessoas ouvidas, mas também por estar de acordo com artigos ou documentos da época.

No caso dos artigos de imprensa, e dada a grande politização dos periódicos no período em estudo, procurámos igualmente cruzar informações de diversos títulos. Contudo, e por razões metodológicas, em rodapé apenas apresentamos a referência dos jornais que consideramos possuir dados mais significativos e completos sobre os acontecimentos em causa.

1. Da censura institucional à autogestão

À semelhança do que sucedeu com as restantes estações de radiodifusão, durante o Estado Novo a RR não teve censura oficial no interior

das suas instalações.² A única excepção foram os dias antecedentes à revolução de 1974.

Nas vésperas do 25 de Abril, e dada a situação de grande instabilidade que se vivia no país, o governo receava pelo seu próprio futuro e vigiava de perto os principais órgãos de comunicação, incluindo a Emissora Católica que transmitia alguns programas bastante contestatários para com o regime de Marcello Caetano. Os espaços que mereciam maior atenção por parte das entidades oficiais, devido ao seu conteúdo, eram: o noticiário das 19 horas, "Dezanove ponto zero zero"; o programa "Página Um" de José Manuel Nunes, emitido a seguir ao noticiário das dezanove horas; e o programa "Limite", transmitido entre a meia noite e as duas da manhã.³

De acordo com Urbano Duarte, director do jornal *Correio de Coimbra*, propriedade da diocese, a RR, apesar de não agradar a todos os católicos, era a estação de radiodifusão menos submissa para com o regime: "A R.R., apesar do seu "tradicionalismo", era vigiada de perto, reprimida pela censura, suspeita de subversão por causa dos textos do Concílio Vaticano II que comentava, dos noticiários e discos que, apesar da rede oficial de malha apertada, cativavam grande público. Entre todas as emissoras, era a menos submissa e a mais "perigosa". A extrema-direita então detestava-a porque "comunista"."⁴ De resto, na imprensa o regime chegou a censurar textos do Concílio que a Emissora Católica abordava nas suas emissões.⁵

Foi neste contexto de grande suspeição por parte do Estado em relação à RR que foi difundida uma notícia sobre a nacionalização das companhias de petróleo no Koweit. A informação chegou de madrugada e foi

² A inexistência de censores no interior das estações emissoras não pode ser interpretada como sinónimo da não existência de censura. Os despachos das agências de informação chegavam, em simultâneo, à censura e aos órgãos de informação. Depois de analisados pelos censores oficiais do Palácio Foz, estes enviavam novos textos para as redacções, reformulando a informação, eliminando algumas frases ou parágrafos, ou simplesmente proibindo a difusão da notícia. A France-Press e a Reuter foram sempre as duas agências mais controladas uma vez que a Lusitânia e a Agência Nacional de Informações (ANI) eram geralmente pró-governamentais dadas as condições em que se viam forçadas a trabalhar.

³ Cf. Depoimento de Albérico Fernandes, em 14 Abril 1999.

⁴ Urbano Duarte, "O Calvário da Emissora Católica Rádio Renascença", in *Correio de Coimbra*, 12 Junho 1975.

⁵ Cf. Depoimentos de José Videira, em 12 Junho 1999; e João Alferes Gonçalves, em 18 Junho 1999.

noticiada pouco antes da chegada de um telex dos serviços de censura proibindo a sua difusão. Acabou por ser a gota de água. Não só porque se tratava de uma nacionalização mas porque a Fundação Calouste Gulbenkian possuía interesses nas companhias petrolíferas referidas no telex. O governo decidiu então nomear uma equipa de dois censores para a Emissora Católica. Embora não estivessem 24 horas por dia nos estúdios, controlavam parte dos noticiários.⁶

A RR acabou por ser também a estação de radiodifusão escolhida para a emissão da senha que viria a pôr em marcha as unidades militares que participaram no 25 de Abril. O significado da senha era totalmente desconhecido pelos responsáveis da Emissora Católica.⁷ Além dos militares, só alguns elementos do programa "Limite" sabiam o que estava para acontecer. No entanto, não deixa de ser curioso o facto do jornal *República* ter publicado, na véspera, um artigo de opinião chamando a atenção dos leitores para o programa "Limite".⁸ Muito provavelmente, o texto foi fruto do envolvimento de elementos do *República* nos contactos estabelecidos entre os militares que viriam a liderar o golpe e os homens da rádio.

A gravação da senha foi preparada por Carlos Albino e Manuel Tomás, ambos da equipa do "Limite". O alinhamento para a emissão de 25 de Abril incluía a leitura da primeira quadra de "Grândola, Vila Morena", a transmissão da canção na íntegra, novamente a leitura da primeira quadra, poema "Geografia", poema "Revolução Solar" e a canção

⁶ Cf. Depoimentos de Albérico Fernandes, em 14 Abril 1999; e João Alfesres Gonçalves, em 18 Junho 1999.

Tudo indica que os censores se preocupavam principalmente com o conteúdo dos serviços informativos uma vez que os trabalhadores de outros sectores da estação, por nós entrevistados, não se recordam da presença destes membros da censura no interior da emissora.

⁷ Sobre a importância da primeira senha, transmitida pelos Emissores Associados de Lisboa, existem diversas versões contraditórias: umas exaltando, outras relativizando a sua importância. De qualquer forma, é certo que *E Depois do Adeus*, transmitido por João Paulo Diniz, às 22.55, apenas pôde ser escutado em Lisboa visto ser essa a área de cobertura dos Emissores Associados. Por esta razão, e deixando de fora as polémicas que têm sido alimentadas sobre este caso, a senha transmitida pela RR foi a única escutada por todas as forças que estavam mobilizadas e prontas a desencadear a revolução.

⁸ "O programa "Limite" que se transmite em Rádio Renascença diariamente entre a meia-noite e as duas horas melhorou notoriamente nas últimas semanas. A qualidade dos apontamentos transmitidos e o rigor da selecção musical, fazem do "Limite" um tempo de audição obrigatório." (Citado por Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1998, p. 76).

“Coro da Primavera”.⁹ Os dois poemas tinham como temas os rios portugueses e as galáxias e os planetas, respectivamente. Desta forma, os textos foram aprovados pelo censor e também pela direcção da RR, cuja revisão de textos era “relativamente tolerante e até em certos momentos pactuante”.¹⁰ Passavam cerca de 20 minutos da meia-noite quando o bloco foi difundido e escutado em todos os quartéis do país. A revolução estava então em marcha e o “Limite” prosseguiu a sua emissão, apresentado por Paulo Coelho dado o nervosismo de Leite de Vasconcelos.¹¹

O dia 25 de Abril foi de uma certa normalidade na RR. A EN e o RCP foram ocupados por militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) mas a Emissora Católica continuou as suas emissões normais. A nível de informação, a Gerência colocou a hipótese de ignorar o que se passava, dada a incerteza dos acontecimentos. No entanto, a opção tomada foi a contrária, ou seja, a estação passou a acompanhar os vários passos da revolução nos seus noticiários, apesar de ter continuado com a difusão da programação habitual. Com reportagem do exterior foram acompanhadas as diversas movimentações, nomeadamente no Largo do Carmo e na sede da PIDE-DGS.

Esta “normalidade”, vivida no dia da revolução e nos seguintes, foi interrompida a 30 de Abril quando se iniciou a primeira greve dos serviços de informação. Desta forma, a RR transformou-se no primeiro órgão de informação a paralisar após a revolução. Na base da greve estava uma profunda divergência de critérios entre os noticiários e o Conselho de Gerência, a propósito da cobertura das chegadas a Lisboa de Mário Soares e Álvaro Cunhal.¹² Outra atitude que contribuiu para esta tomada

⁹ Cf. Carlos Albino, “Que Vasta Galeria de Falsos Heróis”, in *Diário de Notícias*, 24 Abril 1999.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ O programa “Limite”, como habitualmente, foi realizado em directo, apesar de incluir o espaço previamente gravado que continha a senha.

¹² Os depoimentos por nós recolhidos são divergentes no que se refere às verdadeiras motivações da greve. Albérico Fernandes, na altura Coordenador de Produção, afirma que, tal como havia sucedido aquando da chegada de Mário Soares a Lisboa, a Gerência não admitiu que fosse efectuada reportagem em directo sobre o regresso de Álvaro Cunhal, mas nunca colocou em causa a transmissão de uma peça sobre a chegada do líder comunista. Esta versão é também partilhada por D. Manuel de Almeida Trindade, para quem a origem do problema estava no facto da administração se ter oposto à realização da “reportagem directa da chegada de Mário Soares e de Álvaro Cunhal”. (Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro, *Memórias de um Bispo*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1993, p. 319). João Alferes Gonçalves, na altura chefe do serviço de noticiários da

de posição por parte dos funcionários do sector da informação foi o facto dos gerentes terem colocado a hipótese de despedir um noticiário por este ter incluído, num noticiário, um telex da agência Nova China. À paralisação, decretada pela redacção, aderiram também os operadores de emissão.¹³

Iniciada a greve, os trabalhadores ocuparam o espaço da redacção, exigindo o cumprimento de três condições: assinatura pela gerência de um documento onde fosse assegurada a não existência de censura interna; constituição de um conselho de programas com funções deliberativas, composto por profissionais da estação; entrega da direcção dos serviços de noticiário a João Alferes Gonçalves.¹⁴

A emissão esteve paralisada entre as 19 horas de 30 de Abril e as 2 horas de 1 de Maio, tendo a Gerência abandonado a estação. Os contornos da saída dos gerentes não são por nós conhecidos. Diversos depoimentos apontam como causa da saída a falta de capacidade do Conselho de Gerência para lidar com a situação que havia sido criada. No entanto, alguns documentos aludem à existência de um saneamento, à semelhança do que veio a acontecer aos chefes de serviço.¹⁵ Esta situação seria perfeitamente normal na época, na medida em que durante os meses seguintes, de Maio a Julho, várias administrações e diversos directores de órgãos de comunicação foram afastados, por vontade expressa dos trabalhadores, nomeadamente no *Diário Popular*, *A Capital*, *Diário de Lisboa*, *O Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Vida Mundial*, RCP, EN e RTP.

Durante o período em que vigorou a greve, o MFA entrou em contacto com os trabalhadores, pedindo-lhes para reporem a emissão no ar de forma a evitar atitudes alarmistas por parte da população. Os representantes do MFA sugeriram mesmo a eleição de dois delegados com funções administrativas, dada a saída da Gerência. Face a esta proposta, os funcionários

RR, tem uma memória diferente dos acontecimentos, afirmando que se dirigiu ao aeroporto de Lisboa, para acompanhar a chegada de Álvaro Cunhal, por sua livre iniciativa. Isto porque, tal como havia acontecido aquando da chegada de Mário Soares, a reportagem simplesmente não foi autorizada. (Cf. Depoimento de João Alferes Gonçalves, em 18 Junho 1999).

¹³ De acordo com José Alferes Gonçalves a adesão dos operadores foi instantânea dada a insatisfação destes trabalhadores face à sua situação salarial.

¹⁴ Cf. "Renascença: o primeiro grito de alarme da rádio independente", in *Cinéfilo*, 04 Maio 1974.

¹⁵ Cf. *Expresso*, 31 Maio 1975; Cf. João Paulo Guerra, *Dossier Comunicação*, Lisboa, Avante, 1981, p. 79.

dos estúdios de Lisboa reuniram-se em Assembleia Geral e elegeram o Pe. António Rego (regente de estúdios) e Joaquim Pedro (locutor) como delegados. Foi também decidido entrar num período de autogestão, cabendo a gestão da emissora aos trabalhadores, representados por uma comissão com funções deliberativas que foi também eleita durante o plenário. Desta comissão faziam parte os delegados com funções administrativas e ainda: Luís Lopes, Albérico Fernandes, António Santos, José Videira, João Alferes Gonçalves,¹⁶ Pedro Castelo,¹⁷ Leite de Vasconcelos e um elemento que deveria ser posteriormente designado pelos funcionários da delegação do Porto. Nesta comissão foi também incluído Maia Cadete, com funções consultivas.¹⁸

Durante a Assembleia Geral foram igualmente tomadas, por maioria, duas decisões importantes: readmissão dos noticiaristas Rui Paulo Cruz, anteriormente acusado de ser activista de extrema-esquerda, e Rui Pedro, que havia sido despedido em sequência de uma entrevista concedida a uma revista em que associava a RR às suas opções políticas pessoais. O plenário decidiu igualmente acabar com a proibição que pendia sobre os locutores João Paulo Guerra e Adelino Gomes e que os impedia de trabalhar na RR, depois de terem sido afastados em 1972 a pedido da Secretaria de Estado de Informação e Turismo. No final da Assembleia Geral foi emitido um comunicado em que era reafirmada a determinação dos trabalhadores em respeitar os princípios da doutrina cristã, colocando a estação ao serviço do povo português, transmitindo uma informação verdadeira e livre e lutando contra qualquer forma de censura.

A 3 de Maio teve lugar uma nova reunião de trabalhadores que veio a alterar o rumo dos acontecimentos. Realizado na Casa do Algarve, no mesmo edifício dos estúdios da RR, o plenário juntou cinquenta e dois funcionários da estação. Albérico Fernandes foi eleito moderador da assembleia em que se deveria discutir, segundo proposta do Pe. António Rego, a redacção de uma carta a enviar aos proprietários da estação, explicando o que se estava a passar no interior da empresa. No entanto, Pedro Castelo trouxe para o plenário diversas cartas da autoria do Gerente, Monsenhor Sezinando, do Coordenador de Produção, Albérico Fernandes, e do Chefe dos Serviços Técnicos, Máximo Marques. Os memorandos referiam-se a actos

¹⁶ Noticiarista militante do PCP.

¹⁷ Locutor militante do PPD.

¹⁸ Cf. "Comunicado dos trabalhadores da Rádio Renascença", 01 Maio 1974, documento dactilografado.

de censura cometidos na estação, em sequência de directivas recebidas da Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

A discussão do plenário acabou por se centrar na actuação dos autores dos memorandos e, após acalorada discussão, foi aprovada pela assembleia, entretanto já com um menor número de presenças, a suspensão de Albérico Fernandes e Máximo Marques.¹⁹ Alguns dias mais tarde, os profissionais de radiodifusão decidiram igualmente suspender o chefe dos serviços administrativos, Luís Lopes, e Maria Helena Lopes da Silva, secretária do Conselho de Gerência demissionário. Foram ambos acusados de tentativa de sabotagem.

A RR vivia então uma situação de autogestão e, em teoria, foi dividida em duas empresas distintas: Estação Emissora Rádio Renascença – Emissora Católica Portuguesa (EERR) e Sociedade Rádio Renascença Limitada (RR, Lda.). A EERR era a emissora em si, enquanto que a RR, Lda. era apenas o immobilizado pertencente à estação, nomeadamente os estúdios e os emissores. Esta divisão surgiu pela primeira vez num protocolo, proposto ao Patriarca de Lisboa, a 21 de Maio, por um grupo de trabalhadores dos estúdios de Lisboa.

Além da divisão da RR em duas entidades, o protocolo previa igualmente: autogestão da actividade radiofónica da EERR, respeito pelos princípios fundamentais da doutrina da Igreja, co-gestão e participação dos trabalhadores nos lucros da RR, Lda. No documento a Assembleia dos Trabalhadores comprometia-se igualmente a manter a estação independente das diversas forças políticas, respeitando o direito à informação objectiva.

De acordo com o ponto dois do referido protocolo, o Patriarca de Lisboa ficava com a incumbência de nomear um sacerdote para acompanhar os trabalhos da estação, depois de ouvir os sócios e o Conselho de Gestão. O sacerdote nomeado teria a seu cargo a programação religiosa, assumindo também a tarefa de manter a estação dentro da orientação católica, dando parecer sobre as implicações doutrinárias dos assuntos versados em qualquer programa ou noticiário e participando nas reuniões do Conselho de Gestão.

¹⁹ Resultado da votação:

Albérico Fernandes: Suspenso – 20, Não Suspenso – 17, Abstenção – 3;

Máximo Marques: Suspenso – 19, Não Suspenso – 15, Abstenção – 3.

Albérico Fernandes, após ter sido saneado, regressou à RR, no Verão de 1974, para o cargo de Director Comercial, apesar de ter permanecido a interdição da sua entrada nos estúdios.

No dia seguinte à redacção deste documento, um outro grupo de trabalhadores, na sua maioria dos serviços administrativos, propôs um protocolo alternativo ao Patriarca de Lisboa. Utilizando como argumento o facto da autogestão não ser legalmente autorizada, este grupo de cerca de 30 funcionários, liderados pelo ex-Coordenador de Produção Albérico Fernandes, propôs um sistema de co-gestão cuja aplicação seria garantida por quatro gerentes, dois nomeados pela entidade patronal e os outros dois pela Assembleia dos Trabalhadores. Dois destes quatro gerentes (um nomeado por cada uma das partes) teriam funções administrativas correntes, podendo movimentar as contas bancárias da empresa.

A resposta do Patriarcado a estes dois protocolos não foi imediata e logo começaram as pressões para que D. António Ribeiro aceitasse o primeiro texto. Às 18 horas, do dia 24 de Maio, teve início mais um protesto dos trabalhadores da actividade radiofónica, que durou até às 3.30 do dia 25, tendo como consequência a suspensão de todos os programas comerciais.²⁰ Durante as conversações com os representantes dos trabalhadores adeptos do primeiro protocolo, o Patriarcado acabou por aceitar o texto. D. António Ribeiro acreditava que esta solução poderia trazer a desejada paz à estação, graças ao envolvimento de todos os funcionários na gestão da empresa, princípio defendido pela doutrina social da Igreja,²¹ mas rejeitado pelo PCP, para quem a co-gestão era uma “forma de recuperação capitalista”.²² Os comunistas defendiam o conceito de controlo operário, em que a gestão era integralmente assegurada pelos trabalhadores.

Num comunicado emitido no dia 26 pelo Patriarcado de Lisboa, é notória a preocupação em fomentar um clima de boa convivência entre a entidade patronal e os funcionários. O texto começa por referir que nunca o diferendo se situou ao nível de uma luta entre trabalhadores e a entidade patronal, pois o que estava em causa era um pedido dos funcionários para “que lhes fosse garantida uma forma justa de participação na gestão de Rádio Renascença.”²³

Após a aceitação do protocolo, a estação passou a ser gerida por um Conselho de Gestão composto por sete elementos: Pe. António Rego,

²⁰ Cf. “Rádio Renascença voltou à programação normal”, in *Diário Popular*, 26 Maio 1974.

²¹ Cf. Pio XI, Papa, *Quadragesimo Anno*, nn. 60-71; Cf. Conc. Vaticano II, *Gaudium et Spes*, n. 68.

²² Álvaro Cunhal, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, Lisboa, Avante, 1976, p. 81.

²³ Citado em “Rádio Renascença sob vigilância militar”, in *A Capital*, 27 Maio, 1974.

Joaquim Pedro, Viriato Dias Bernardo, Pedro Manuel Mota Vaz do Castelo, João Alferes Gonçalves, Rolando José Fonseca Matias de Moraes e Artur Estácio de Moraes Branco.²⁴

Para o ar eram difundidos comunicados bastante críticos para com a actuação da Junta de Salvação Nacional. No dia 20 de Maio, aquando da partida de Américo Tomás e Marcello Caetano para o Brasil, foi lido um comentário a condenar a safda impune do país dos dois políticos do Estado Novo: "*A partir deste momento, infelizmente, desgraçadamente, até o mais torcionário dos "pides", até o mais criminoso dos criminosos de guerra, tem o direito de requerer à Junta de Salvação Nacional a impunidade brasileira.*"²⁵

A nível de gestão surgiram os primeiros problemas, tanto com questões laborais, como também nas relações com alguns produtores independentes. Na assembleia geral do dia 28 foi decidido suspender, por motivos distintos, quatro dos elementos responsáveis pelos serviços noticiosos: Leite de Vasconcelos, Rui Paulo da Cruz, Rui Pedro e Sérgio Fernandes.²⁶ Contra esta decisão manifestou-se, posteriormente, o Sindicato dos Jornalistas que, em Assembleia Geral, decidiu "repudiar energeticamente aquela medida e exigir a imediata readmissão dos trabalhadores despedidos".²⁷ O sindicato decidiu igualmente pedir a instauração de um inquérito para apurar eventuais responsabilidades de jornalistas na suspensão dos colegas.²⁸

²⁴ É provável que a composição do Conselho de Gestão tenha sido alterada ao longo dos meses. Os nomes apresentados são os que constam das actas das reuniões deste conselho realizadas a 10, 12 e 14 de Junho.

²⁵ Citado em "Rádio Renascença toma posição", in *Primeiro de Janeiro*, 21 Maio 1974.

²⁶ De acordo com depoimentos por nós recolhidos, Sérgio Fernandes foi afastado por ter preenchido um noticiário de três minutos com a leitura integral de um comunicado do MRPP, o que foi considerado um comportamento não profissional. (Cf. Depoimento de João Alferes Gonçalves, em 18 Junho 1999). Quanto a Rui Paulo da Cruz, o seu afastamento deu-se em sequência de uma reportagem em que convocava a população para o Largo da Estrela, pedindo a libertação do Capitão Peralta, aviador cubano, que havia sido capturado na Guiné e se encontrava internado no Hospital da Estrela. (Cf. Depoimento de Fernando Magalhães Crespo, em 28 Julho 1999). A reportagem foi considerada provocatória por António de Spínola, o que levou ao afastamento de Rui Paulo da Cruz. (Cf. Depoimento de Pedro Castelo, em 28 Junho 1999).

²⁷ Citado por Conselho de Imprensa, *A Imprensa Escrita em Portugal (Abril 1974 a Julho de 1976)*, Lisboa, Edição do Conselho de Imprensa, 1979, p. 27.

²⁸ O noticiarista Viriato Dias foi suspenso dos seus direitos de sócio do sindicato "dada a sua responsabilidade na norma interna que esteve na origem do despedimento e a

Em termos disciplinares, a 10 de Junho, o órgão de gestão dos trabalhadores decidiu suspender alguns funcionários dos Serviços Comerciais, tendo-se mostrado também favorável à manutenção da suspensão do noticiário Sérgio Fernandes. Em contrapartida, sugeriu a readmissão de Paulo da Cruz, Rui Pedro e Leite de Vasconcelos. A decisão de não readmitir Sérgio Fernandes foi mal recebida pelos funcionários, pelo que o Conselho de Gestão suspendeu as suas funções, no dia 12, até lhe ser novamente manifestada a confiança por parte da Assembleia Geral. Esse voto de confiança do plenário surgiu dois dias depois, apesar de ter sido rejeitada a decisão de suspensão de Sérgio Fernandes.

Neste período, o Pe. António Rego, ausente do país, foi nomeado pelo Patriarcado, ao abrigo do ponto dois do protocolo entre a Igreja e os trabalhadores, para assegurar a orientação católica da estação, sendo também responsável por todos os programas religiosos.²⁹ Entretanto, a emissão da RR continuava bastante atenta a tudo o que se passava no país em termos políticos. Apesar do programa do MFA prever a criação de uma Comissão "Ad Hoc" para a Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema e Teatro, com o objectivo de salvaguardar interesses militares e evitar perturbações na opinião pública,³⁰ o nascimento desta comissão foi duramente criticado num debate organizado pelo programa "Página Um".

2. Da coexistência pacífica à ruptura

Ao abrigo do protocolo estabelecido com os trabalhadores da actividade radiofónica, durante o mês de Julho o Cardeal Patriarca convidou o Cónego Gonçalves Pedro, o Eng^o Fernando Magalhães Crespo e o Dr. Luís Torgal Ferreira³¹ para formarem o novo Conselho de Gerência da RR, que tomou posse no dia 9. Após esta nomeação, a emissora viveu um curto

sua autoria da proposta que em assembleia de trabalhadores provocou esse despedimento." (Citado por Conselho de Imprensa, *op. cit.*, pp. 27).

²⁹ Cf. "Conselho de Gestão - Acta número três", 10 Junho 1974, documento dactilografado.

³⁰ Composta por sete oficiais do MFA, a "Comissão Ad Hoc" entrou em funções a 20 de Junho, tendo os seus membros apresentado a demissão cerca de um mês depois, em sequência de uma divergência com o Presidente da República, General António de Spínola, que ordenou a suspensão da publicação dos jornais *República*, *Diário de Lisboa* e *A Capital*, por um e dois dias, pelo facto dos periódicos terem dado bastante relevo a uma manifestação de forças de esquerda.

³¹ O Cónego Gonçalves Pedro foi nomeado presidente do Conselho de Gerência, sendo os restantes dois membros vogais.

período de estabilidade, graças ao espírito de colaboração que imperou entre os Conselhos de Gestão e de Gerência. A provar esta postura de boa convivência, neste período todas as resoluções foram tomadas por unanimidade³² e o Conselho de Gerência aceitou na íntegra a “proposta de aumento dos vencimentos formulada pelo Conselho de Gestão dos Trabalhadores.”³³

Numa reunião ordinária entre os dois Conselhos, os representantes dos trabalhadores justificaram a necessidade de serem rapidamente admitidos mais noticiaristas e técnicos. Só assim seria possível à RR concorrer, em pé de igualdade, com a EN e o RCP no que se refere à cobertura informativa. A proposta foi aceite pelos gerentes que colocaram como condição a existência de um processo de selecção, com testes psicotécnicos e entrevistas, bem como a realização de um período de estágio com a duração de dois meses, de acordo com a legislação então em vigor. No entanto, dada a urgência da entrada ao serviço destes novos funcionários, acabaram por ser admitidos para o estágio, seis noticiaristas e dois técnicos, sem que antes tivesse tido lugar a realização dos exames psicotécnicos e das entrevistas.

Algumas semanas após a sua admissão, em regime experimental, os estagiários recusaram-se a realizar os testes, previamente acordados.³⁴ Esta posição não foi aceite pelo Conselho de Gerência, tendo o assunto sido abordado numa reunião com o Conselho de Gestão. De acordo com os gerentes, esta situação provocou divergências internas entre os trabalhadores, o que levou alguns elementos do Conselho de Gestão a colocarem o seu lugar à disposição. Entretanto, a Gerência decidiu rescindir os contratos de trabalho com os funcionários em regime experimental, o que não foi aceite pelos trabalhadores que exigiram a retirada imediata das cartas de rescisão. Caso contrário, os serviços de informação, bem como outros sectores da emissora, seriam paralisados.

Esta situação de impasse foi analisada numa reunião convocada por um representante do Ministério do Trabalho. Neste encontro os trabalhadores fizeram-se representar por uma Comissão “Ad Hoc”.³⁵ Por parte do

³² Cf. “Comunicado do Conselho de Gerência”, in *A Situação na Rádio Renascença*, 30 Setembro 1974, p. 8. Brochura editada pela RR.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

O depoimento de João Alferes Gonçalves, na altura membro do Conselho de Gestão dos Trabalhadores, é divergente neste ponto, considerando que o Conselho de Gestão nunca aceitou a realização dos testes psicotécnicos por parte dos estagiários.

³⁵ Cf. “Comunicado do Conselho de Gerência”, in *A Situação na Rádio Renascença*, 30 Setembro 1974, pp. 10-12.

Conselho de Gerência, Fernando Magalhães Crespo e Luís Torgal Ferreira apresentaram uma proposta em que admitiam a hipótese de prolongar o período de estágio dos oito trabalhadores até ao máximo de quatro meses, desde que o Delegado do Sindicato dos Profissionais das Telecomunicações e Radiodifusão e o Delegado do Ministério do Trabalho assinassem a proposta. O número de lugares de noticiarista em aberto seria fixado em quatro, a que se poderiam candidatar os actuais estagiários, em pé de igualdade com novos candidatos, que se sujeitariam, tal como os primeiros, a provas de selecção, incluindo testes psicotécnicos. Ainda de acordo com a proposta dos gerentes, os critérios de selecção dos noticiaristas seriam acordados entre os dois conselhos. Em caso de desacordo considerar-se-ia árbitro uma das seguintes pessoas a designar pela Assembleia Geral dos Trabalhadores: o Cardeal Patriarca de Lisboa, o Bispo responsável pela área da Comunicação Social ou o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa.

A Comissão "Ad Hoc", designada pelos trabalhadores para tratar desta questão, apresentou um documento com várias condições para a aceitação da proposta, nomeadamente a suspensão imediata das rescisões dos contratos de trabalho dos oito estagiários. Caso esta condição fosse aceite, era proposto o retomar da actividade normal dos serviços de noticiários, dando conhecimento público das negociações em curso, que teriam como base a proposta do Conselho de Gerência, que deveria ser discutida em Assembleia Geral de Trabalhadores.³⁶

Tendo sido aceite os diversos pontos do documento da Comissão "Ad Hoc", foi agendada nova reunião no Ministério do Trabalho, onde os trabalhadores se fizeram representar por novos elementos, que informaram ter sido dissolvido o Conselho de Gestão e nomeada uma Comissão Coordenadora. Essa comissão afirmou desconhecer os compromissos assumidos pela Comissão "Ad Hoc" e apresentou dois documentos rejeitando, na totalidade, a proposta do Conselho de Gerência, e exigindo a anulação definitiva da decisão de rescisão dos contratos.

O conflito entre as duas partes arrastou-se no tempo, e a 20 de Setembro a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Actividade Radiofónica decidiu aceitar uma proposta do Cardeal Patriarca que previa o retomar das negociações,³⁷ com o objectivo de resolver o diferendo

³⁶ *Ibidem*, pp. 12-13.

³⁷ Cf. "Decisão da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores da Actividade Radiofónica da Emissora Católica", 20 Setembro 1974, documento dactilografado.

existente. No entanto, os diversos encontros realizados não trouxeram qualquer solução para o problema, o que levou o Patriarca de Lisboa a enviar uma nota ao MFA em que deixava claro que a Igreja, ainda que ouvindo o parecer dos trabalhadores, não abdicava de ter a última palavra na admissão de novos funcionários. No texto, D. António Ribeiro frisava que a Igreja exigia o cumprimento de algumas condições para que pudesse ocorrer o reinício das conversações: *“Não difusão de notícias, entrevistas, comentários e comunicados tendenciosos, agressivos e até ofensivos da dignidade de pessoas e instituições, como os que têm vindo a ser divulgados unilateralmente, desde o dia 14 de Setembro, [...] saída imediata e definitiva das instalações da Rádio Renascença, Lda dos oito elementos que se encontravam em regime experimental e cuja admissão definitiva não foi aceite, [...] desocupação imediata das instalações do Secretariado da Administração, abusivamente utilizadas”*.³⁸

Sobre o impasse em que haviam caído as negociações pronunciou-se igualmente o Conselho Permanente do Episcopado, que emitiu uma nota a 27 de Setembro. No texto, os bispos voltaram a sublinhar o carácter peculiar da RR como emissora católica, defendendo que a estação deveria ter uma programação em consonância com o espírito da mensagem cristã. Considerando que a RR devia ser independente de todas as correntes políticas, os prelados reafirmaram, nesta nota, que a Igreja não podia *“renunciar ao direito e ao dever de assegurar a orientação católica de toda a programação, e de ter a última palavra na admissão do pessoal.”*³⁹ Para o Episcopado *“a missão duma emissora da Igreja não se confinava aos programas religiosos, mas alargava-se a todos, na medida em que deviam revelar ou propor os valores e critérios do Evangelho”*,⁴⁰ o que pressupõe *“a garantia de sintonização moral e espiritual dos seus trabalhadores com a Igreja.”*⁴¹

Neste documento foi ainda denunciado o facto da estação ter alterado o estilo de alguns programas, emitindo comunicados que nada tinham a ver com os valores defendidos pela Igreja Católica, sendo essa situação considerada como a prova de que a emissora estava a ser orientada por um grupo de trabalhadores e não pelos representantes da Hierarquia. Esta

³⁸ “Comunicado do Patriarcado de Lisboa”, 23 Setembro 1974, documento dactilografado.

³⁹ Conferência Episcopal Portuguesa, *Documentos Pastorais – 1967-1977*, Lisboa, União Gráfica, 1978, p. 336.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*.

tomada de posição por parte do Episcopado não agradou em nada ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, que acusou os Bispos de se estarem a intrometer num campo que não lhes dizia directamente respeito.⁴²

Já no ano de 1975, o Conselho de Gerência convocou uma reunião geral de trabalhadores para 10 de Janeiro, que teve lugar na Casa de Retiros de S. Mamede. Presentes estiveram os três elementos do Conselho de Gerência e 73 funcionários de Lisboa e do Porto, alguns fazendo-se representar por procuração. O encontro foi moderado pelo Capitão Santa Clara Gomes na qualidade de delegado do Ministério do Trabalho. Antes de mais, a reunião serviu para os gerentes apresentarem uma proposta de co-gestão, previamente aprovada pelo Cardeal Patriarca,⁴³ em que reservavam para si a última palavra na definição da programação. Por outro lado, era garantido aos trabalhadores que seriam não só informados, como também consultados sobre as matérias correntes da gestão da empresa.

A proposta não foi imediatamente votada uma vez que os trabalhadores pediram tempo para poderem reflectir sobre o assunto. Por esta razão, a continuação da reunião foi adiada para o dia seguinte. Nessa noite alguns funcionários encontraram-se com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves,⁴⁴ tendo reunido depois com os colegas, nos estúdios da Rua Capelo, a fim de tomarem uma posição conjunta. Desta forma, foi aprovada uma moção constituída por dois pontos. No primeiro era exigida a admissão dos estagiários, e no segundo era solicitado mais tempo para apreciação da proposta de co-gestão. No entanto, de acordo com o texto da moção, o diálogo com o Conselho de Gerência só poderia ser retomado se este alterasse a sua posição referente aos estagiários que haviam sido despedidos.⁴⁵

A moção, assinada por 48 trabalhadores, foi discutida no dia seguinte em nova reunião com os gerentes, sob a moderação de Santa Clara Gomes. Entre os subscritores do documento encontravam-se os quatro sacerdotes ao serviço da estação,⁴⁶ o que constitui um indício de que não era

⁴² "Não desejamos que em Portugal se desenvolva uma campanha anticlerical, a exemplo daquilo que fizcam os pequenos burgueses liberais de 1910. Religião é uma coisa, política é outra. A Igreja tem de compreender isso. [...] A Igreja tem de convencer-se que é muito mais importante colaborar na transformação positiva das nossas instituições, cultura e mentalidade. (Vasco Gonçalves, *Livro Verde da Revolução - Citações de Vasco Gonçalves*, Amadora, Fronteira, 1976, p. 95).

⁴³ Cf. Depoimento de Fernando Magalhães Crespo, em 28 Julho 1999.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Cf. "Moção", 11 Janeiro 1975, documento dactilografado.

⁴⁶ A RR tinha ao seu serviço os seguintes sacerdotes: Pe. António Rego, Pe. Eloy

ainda evidente a instrumentalização que algumas forças políticas tentavam fazer do caso da RR. Aparentemente o que estava em causa era uma questão laboral pelo que, com esta moção, os funcionários esperavam conseguir não só maior protagonismo na gestão da estação, como também melhores condições salariais.⁴⁷ Igualmente em causa estava a orientação da emissora, reclamada pelo Conselho de Gerência e pelos trabalhadores, tal como acontecia, neste período, na generalidade dos órgãos de informação.⁴⁸

3. O regresso à greve

A 4 de Fevereiro os trabalhadores do sector radiofónico entregaram uma declaração de greve em que era dado um prazo de cinco dias ao Conselho de Gerência para aceitar duas condições: anulação dos despedimentos decididos em Setembro de 1974 e reconhecimento das Comissões Coordenadoras dos Trabalhadores, eleitas em Assembleia Geral, como únicas e legítimas representantes dos trabalhadores.⁴⁹

Face a esta ameaça de nova paralisação, os gerentes reafirmaram que não iriam abdicar dos princípios definidos pelo Episcopado, incluindo o direito ao controlo da programação e de admissão de funcionários. Quem também se voltou a pronunciar sobre este conflito foram os bispos portugueses, que consideraram a usurpação da emissora como o acontecimento mais grave ocorrido contra a Igreja no pós-25 de Abril. Numa nota de 12 de Fevereiro, é sublinhado o carácter político do diferendo. Para o Episcopado, o que estava em causa não era um problema laboral, mas sim um problema doutrinal.⁵⁰

Pinho, Pe. José Joaquim Morgado e Pe. Carlos Capucho, tendo os dois últimos sido convidados pelo primeiro.

⁴⁷ Cf. Depoimento de Jorge Balsa, em 25 Junho 1999.

⁴⁸ Aquando da aprovação da nova lei de imprensa, no final de Fevereiro de 1975, esta questão levantou bastante polémica. O artigo décimo oitavo do diploma definia como competência dos proprietários a designação do director que teria a seu cargo a orientação editorial do periódico. Esta situação motivou largos protestos, nomeadamente por parte do Sindicato dos Jornalistas. (Cf. Nuno Crato, *Comunicação Social – A Imprensa*, Lisboa, Presença, 1992, pp. 214-215).

⁴⁹ Cf. “Declaração de Greve”, 04 Fevereiro 1975, documento dactilografado.

⁵⁰ “Ocupada Rádio Renascença por um grupo de trabalhadores, a Igreja perdeu, desde há vários meses, a possibilidade de orientar doutrinalmente a Emissora, que, com justificado escândalo dos cristãos, se transformou num órgão de informação ao serviço de doutrinas opostas à fé cristã e de repetidos ataques à própria Igreja.” (Conferência Episcopal Portuguesa, *op. cit.*, p. 158).

Em resposta a esta posição do Episcopado, os trabalhadores emitiram novo comunicado, considerando que a Igreja Católica nunca havia sido impedida de imprimir à RR a orientação conforme a fé cristã. Reafirmando que o conflito em causa era meramente laboral, e não religioso, os funcionários do sector radiofónico desmentiram o facto da estação ter sido usurpada e de se tratar de um conflito liderado por um grupo minoritário. Por outro lado, foi igualmente rejeitada a acusação de que a emissora se havia transformado num órgão de informação ao serviço de doutrinas opostas à fé cristã.⁵¹

A partir desta época, alguns jornais, tal como a *Intersindical*, contabilizaram em onze, e não em oito, o número de funcionários dispensados. Para os gerentes tratava-se de um artifício, na medida em que o nono trabalhador em causa só não foi admitido porque, após ter sido aprovado nos testes psicotécnicos, desapareceu. O décimo trabalhador havia sido chamado por um elemento do Conselho de Gestão, sem o conhecimento da Gerência. Quanto ao décimo primeiro funcionário, tratava-se da ex-Caixa da empresa que foi despedida, por justa causa, após ter sido detectado um desfalque de algumas centenas de contos.

A 19 de Fevereiro, e em sequência da declaração de greve já apresentada, o sector radiofónico paralisou, a partir das 19.30, e ocupou o andar onde estavam instalados os estúdios, no edifício da Rua Capelo, bem como o Centro Emissor da Buraca. Esta greve contou com o apoio de diversos partidos políticos de extrema-esquerda; órgãos de comunicação social, nomeadamente RCP, RTP e *O Século*; e diversas organizações sindicais. A emissão foi encerrada com a transmissão de "Grândola, Vila Morena". Antes, João Alferes Gonçalves leu um "manifesto ao povo português" exprimindo a determinação dos trabalhadores em prosseguirem com a luta. Do seu lado estavam, além das forças já mencionadas, alguns sectores da Liga Operária Católica (LOC) e da Juventude Operária Católica (JOC), bem como o movimento Cristãos pelo Socialismo. Este último expressou o seu apoio aos trabalhadores, denunciando o que considerava ser "a tentativa da entidade patronal (devido à sua total incapacidade de dialogar) em transformar um conflito entre patrão e trabalhadores num ataque à Igreja."⁵²

⁵¹ "[A Rádio Renascença] apenas tem procurado ser um órgão de informação ao serviço da vida, que sempre acontece pluriforme a todos os níveis e várias vezes de maneira talvez pouco favorável à hierarquia da Igreja". (Citado em "Situação ilegítima em Rádio Renascença", in *O Século*, 18 Fevereiro 1975).

⁵² Citado em "Trabalhadores em Greve na Rádio Renascença afirmam lutar pela existência de "Uma Autêntica Emissora Católica"", in *Diário de Notícias*, 20 Fevereiro 1975.

Esta posição dos Cristãos pelo Socialismo foi publicamente criticada pelo Patriarca de Lisboa, em entrevista ao *Le Figaro*.⁵³

Do lado do Conselho de Gerência estava a Hierarquia, a maioria dos trabalhadores da estação e muitos cristãos anónimos. Cerca de 900 apresentaram, no dia 20, um protesto e um abaixo-assinado que foram remetidos à Presidência da República, Conselho de Estado, Governo Provisório, Junta de Salvação Nacional, Conselho dos Vinte e Assembleia dos Duzentos. No documento, os signatários denunciavam as manobras políticas que, na sua opinião, tinham como objectivo retirar a RR do controlo da Igreja.⁵⁴ O texto, subscrito por católicos, que se autodenominavam de grupo "Ad Hoc", terminava com um apelo ao poder político revolucionário para intervir, a fim de resolver a situação. Posição idêntica assumiu, mais tarde, um número ainda mais significativo de católicos, que enviou um abaixo-assinado com trinta mil assinaturas à Presidência da República, considerando que a Hierarquia tinha o direito de continuar a orientar a sua emissora, "indispensável à realização da missão profética e libertadora"⁵⁵ da Igreja.

Consequência natural da greve, a emissora deixou de emitir programas, sendo apenas asseguradas as transmissões da Missa e do terço. No entanto, estas transmissões acabaram por ser proibidas pelo Patriarca de Lisboa, para quem não fazia sentido a transmissão de cerimónias religiosas por uma emissora católica cuja orientação havia sido retirada à Igreja.

A paralisação foi considerada ilegal pelo Conselho de Gerência, nomeadamente pelo facto de se tratar de uma greve motivada por razões religiosas, o que não era permitido ao abrigo do decreto-lei n.º 392/74. Além disso, a Gerência considerou igualmente ilegal, ao abrigo do mesmo

⁵³ "São os acontecimentos que separam esses padres da maioria dos fiéis, o que é lamentável num momento em que assistimos a uma renovação da nossa Igreja." (Citado em "Discutida entrevista do Patriarca de Lisboa", in *Expresso*, 12 Abril 1975, p. 7).

⁵⁴ "Católicos do Patriarcado constataam que a greve dos trabalhadores da Rádio Renascença, apresentada falsamente como um conflito de trabalho é apenas mais um passo que uma facção tem vindo a desenvolver à sombra dos justos e nobres ideais da Revolução iniciada em 25 de Abril. Facção que tem como um dos seus objectivos primordiais o controlo e a orientação ideológica dos órgãos da Informação e comunicação social mais representativos. (Citado em "Apoio de organismos sindicais à greve na Rádio Renascença contra a qual protesta um grupo de 900 católicos", in *Diário de Notícias*, 21 Fevereiro 1975).

⁵⁵ "Rádio Renascença Silenciosa há 20 Dias", in *A Capital*, 11 Março 1975.

decreto, o facto dos grevistas estarem a ocupar parte das instalações da empresa e impedirem que os trabalhadores não grevistas exercessem as suas funções normais. Ainda de acordo com os gerentes, os serviços administrativos do Porto aderiram à paralisação, o que também era considerado ilegal pelo facto da declaração de greve apenas se referir aos trabalhadores do sector radiofónico.

No mesmo comunicado em que denunciou a ilegalidade da paralisação, a Gerência referiu-se ao facto dos sacerdotes ao serviço da estação terem sido desautorizados pela Conferência Episcopal, o que tornava pouco significativo o facto destes apoiarem a greve.⁵⁶ O afastamento dos padres que exerciam a sua actividade na RR foi classificado por D. Maurílio de Gouveia como algo doloroso, mas, simultaneamente, inevitável. Na sua opinião havia que defender um valor essencial: a liberdade de informação.⁵⁷

Entretanto, as reacções à paralisação continuavam a chegar, nomeadamente por parte dos trabalhadores administrativos de Lisboa da RR que analisaram os pontos em que se fundamentava a declaração de greve, concluindo não existir motivo para a sua existência. De acordo com estes funcionários, não existiram quaisquer despedimentos sem justa causa uma vez que “[...] apenas uma profissional de caixa [...] foi efectivamente despedida mas com justa causa”.⁵⁸ Os profissionais do sector administrativo afirmaram igualmente não reconhecer a existência da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores, alegando que a mesma não foi eleita em reunião geral dos três sectores da estação emissora.⁵⁹ Posição idêntica assumiram os funcionários das oficinas gráficas da RR, que acusaram os colegas da actividade radiofónica de sempre os terem marginalizado.

A divisão interna entre os trabalhadores começava então a ser nítida. A partir deste momento os profissionais do sector radiofónico de Lisboa vão começar a ficar, progressivamente, isolados. A maioria dos trabalha-

⁵⁶ “Acerca deste ponto, o Conselho de Gerência está autorizado a dizer que, para além da desautorização pública constante da Nota da Conferência Episcopal de 12 de Fevereiro, aos sacerdotes em serviço nos estúdios de Lisboa foi-lhes expressamente retirada, pela competente autoridade eclesiástica, a sua missão de Igreja junto da Emissora Católica.” (“Comunicado do Conselho de Gerência”, 27 Fevereiro 1975, documento dactilografado).

⁵⁷ “Uma vez que, perante a tomada de posição dos bispos [...] assumiram estes sacerdotes uma atitude de rejeição, era lógico esperar que não continuassem nessas funções.” (“Bispo declara: “Lutamos por uma emissora da Igreja””, in *Liberdade*, 28 Fevereiro 1975).

⁵⁸ “Acta da Reunião dos Profissionais de Escritório de Rádio Renascença, Ldª, em 27 de Fevereiro de 1975”, 27 Fevereiro 1975, documento dactilografado.

⁵⁹ Estes três sectores são a administração, sector radiofónico e oficinas gráficas.

dores começa a não concordar com os métodos de luta utilizados mas a situação vai arrastar-se até Maio, data da ocupação efectiva dos estúdios de Lisboa e do Centro Emissor da Buraca; episódio que marcou o isolamento definitivo dos funcionários do sector radiofónico da capital.

Na tentativa de solucionar o problema, que se tornara uma dor de cabeça para o próprio governo, o Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, reuniu com D. António Ribeiro e com o Presidente da Conferência Episcopal, D. Manuel de Almeida Trindade, a quem confessou não agradar ao executivo a possibilidade da Igreja Católica esquecer os seus direitos de dirigir a RR. No entanto, o III Governo Provisório também não estava em condições de apoiar a posição do Episcopado, uma vez que tal atitude poderia provocar comportamentos violentos por parte dos sindicatos e da oposição política de extrema-esquerda. Assim, Correia Jesuíno acabou por propor aos dois prelados que praticassem um gesto de "misericórdia", admitindo os estagiários. Por seu lado, o executivo comprometeu-se a tomar medidas para que situações como a presente não se repetissem.⁶⁰ A esta proposta governamental respondeu o Cardeal Patriarca de forma negativa, considerando que tal não era possível de ser concretizado, "não só pelas razões de carácter jurídico que estavam na base da não admissão dos estagiários, mas ainda pelo clima de ataque à Igreja" "que estava a ser promovido pela RR, com a colaboração da EN, RTP e RCP. Além disso, D. António Ribeiro considerou que os católicos portugueses não compreenderiam a Igreja se esta abdicasse do direito de orientar a estação e escolher os seus colaboradores e funcionários.

4. O 11 de Março e a actuação do IV Governo Provisório

Apesar das tentativas governamentais para pôr cobro ao impasse criado na Emissora Católica, a estação acabou por ficar encerrada até 11 de Março, data em que os trabalhadores resolveram regressar ao trabalho, manifestando o seu apoio a Vasco Gonçalves, que saiu vencedor do golpe ocorrido nesta data, e que se traduziu numa derrota dos sectores político-militares afectos ao General Spínola.⁶² Em sequência do golpe, o emissor

⁶⁰ Cf. Manuel de Almeida Trindade, *op. cit.*, p. 340.

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² A edição de 29 de Maio de *O Jornal* justificou da seguinte forma a decisão de reabertura da estação: "[...] os trabalhadores resolveram retomar a actividade para colaborar [...] na luta da Informação contra a tentativa reaccionária dos spinolistas."

de Onda Média (OM) do RCP foi sabotado, pelo que os trabalhadores da RR consideraram urgente colocar a emissão no ar. Assim, a partir das 13.50 do dia 11, a estação passou a transmitir em simultâneo com o RCP, assumindo um papel de forte protagonismo na divulgação de notícias relativas à situação revolucionária.

No comunicado, lido aquando do recomeço das emissões, os trabalhadores sublinharam que a luta continuava, pois o diálogo não havia sido reatado. Estava assim por resolver o diferendo com a Gerência, que, em textos lidos aos microfones da estação, era acusada de estar envolvida com os autores da intentona de 11 de Março. Esta acusação foi veementemente refutada pela Conferência Episcopal num ofício enviado ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministro da Comunicação Social.⁶³

Dada a situação de ocupação e o impasse em que haviam caído as negociações, começaram a surgir notícias que indiciavam a intenção do governo em nomear uma Comissão Mista para gerir a RR, o que levou o Conselho Permanente da Conferência Episcopal a solicitar uma audiência ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. No entanto, antes da reunião ter tido lugar, o executivo resolveu nomear a referida comissão,⁶⁴ que deveria permanecer em funções até à resolução do conflito, tendo como principal atribuição garantir o normal funcionamento da estação, zelando pelo património da empresa e coordenando a programação. Sob a Comissão Mista recaía igualmente a responsabilidade de assegurar o seguimento da linha de orientação ideológica específica da RR, servindo também de mediadora no diferendo que opunha os trabalhadores à entidade patronal.⁶⁵

Face a esta decisão governamental o Conselho de Gerência informou pessoalmente o Ministro Correia Jesuino que não reconhecia a Comissão,

⁶³ "Tais inconcebíveis insinuações são tanto mais estranhas quanto é certo que os seus autores têm perfeito conhecimento de que o caso da Rádio Renascença foi [...] retirado da esfera de decisão do Conselho de Gerência e transferido para a responsabilidade directa da Hierarquia." (Carta enviada por D. António Ribeiro, por delegação da Conferência Episcopal, ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministro da Comunicação Social, 13 Março 1975, documento dactilografado).

⁶⁴ A comissão era composta por um delegado do MFA, membro da Comissão "Ad Hoc" para a Imprensa, Rádio e TV, Capitão José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes; um delegado do Ministério da Comunicação Social, com formação de técnico radioclético, Major Luís Miguel da Costa Alcides de Oliveira; um delegado do Ministério do Trabalho, António Maria Pereira Rato; um delegado da 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, Aspirante a Oficial Miliciano Maurício Besel Levy.

⁶⁵ Cf. "Despacho Ministerial", in *Diário da República*, II Série, 31 Março 1975.

enquanto o Conselho Permanente da Conferência Episcopal enviou uma carta ao Presidente da República, considerando a nomeação do referido órgão desprovida de fundamentação legal. No texto, os bispos alertavam para o facto da decisão governamental “ferir a sensibilidade religiosa do povo cristão.”⁶⁶

A nível de programação, as cerimónias da Semana Santa foram transmitidas da diocese do Porto com autorização de D. António Ferreira Gomes, que não viu também qualquer inconveniente na transmissão da Missa dominical a partir da sua diocese. O Bispo do Porto tomava assim uma posição diferente do Cardeal Patriarca que proibira a RR de transmitir actos litúrgicos a partir da diocese de Lisboa. Esta divergência de atitudes deve ser entendida à luz do debate que se travava no interior da própria Igreja Católica sobre o seu modo de estar na sociedade. Essa discussão interna, fruto da revolução de Abril, manifestou-se a vários níveis, incluindo no caso da RR, em que intervieram católicos, leigos e eclesiásticos, com visões diferentes sobre a função que uma Emissora Católica deveria cumprir na sociedade.

Foi também durante o mês de Abril que ganhou consistência a hipótese de serem retiradas as concessões privadas de rádio. A este propósito D. Manuel de Almeida Trindade recebeu o Major Alcides de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração da EN, que o informou da intenção do IV Governo Provisório em criar uma empresa pública de radiodifusão, em que seria englobada a RR. O Major aconselhou mesmo a Igreja a admitir os estagiários, ameaçando acelerar o processo de nacionalização se tal não acontecesse.⁶⁷

Em meados de Abril, a nova lei da rádio estava pronta a seguir para Conselho de Ministros, depois de ter passado por duas fases de estudo e preparação. Numa primeira fase, a tarefa de elaboração do diploma esteve entregue a uma comissão presidida por Sousa Franco.⁶⁸ Em sequência do caso da RR, a proposta de lei foi depois substancialmente alterada por uma outra comissão em que Sousa Franco foi também integrado. De resto, foi sua a iniciativa de consultar a Hierarquia sobre a intenção do governo em integrar as emissoras privadas numa única empresa pública

⁶⁶ Carta remetida por D. António Ribeiro e D. Manuel Trindade ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministro da Comunicação Social, 27 Março 1975.

⁶⁷ Cf. Manuel de Almeida Trindade, *op. cit.*, p. 341.

⁶⁸ Cf. “Lei da Rádio põe termo a concessões privadas”, in *Expresso*, 19 Abril 1975, p. 1.

de radiodifusão,⁶⁹ utilizando como pretexto a reorganização das frequências de OM que estava a ter lugar a nível mundial.

A proposta governamental partia do princípio que o espectro radiofónico era um bem público, pelo facto de ser limitado e assumir uma natureza colectiva. Os argumentos do executivo, utilizados para explicar o nascimento de uma empresa pública, que teria a responsabilidade de toda a actividade de radiodifusão, não convenceram, nem o Conselho de Gerência da RR, nem o Episcopado. Logo a 9 de Abril, três dias após as primeiras declarações do Ministro da Comunicação Social sobre o assunto, os gerentes da Emissora Católica dirigiram um ofício a Correia Jesuíno, em que sublinhavam o facto da União Internacional de Telecomunicações (UIT) não pretender a eliminação de emissores, mas sim a regulamentação do seu funcionamento. De resto, a própria União havia considerado “altamente desejável limitar o mais possível as alterações em relação às atribuições de frequência actuais.”⁷⁰

Perante a falta de resposta de Correia Jesuíno e o aumento do número de notícias sobre o fim das concessões privadas de rádio, o Secretário da Conferência Episcopal remeteu ao jornal *Expresso* um texto onde, além de apoiar as posições do Conselho de Gerência, lembrou que a Emissora Católica possuía uma rede de seis emissores em Frequência Modulada (FM), não havendo qualquer problema relacionado com falta de frequências neste tipo de onda. As quatro redes nacionais existentes em FM haviam sido objecto do Acordo Internacional de Estocolmo e foram ajustadas, posteriormente a este acordo, entre as administrações portuguesa e espanhola. Por esta razão, o Episcopado considerou que o governo estava apenas a tentar encontrar um pretexto para disfarçar a sua pretensão de “privar a Igreja católica do seu mais importante meio de comunicação social.”⁷¹

A hesitação do poder em relação a esta matéria manter-se-à até Novembro, data em que serão nacionalizadas a maioria das estações emisoras, deixando a RR entregue à Igreja. De qualquer forma, as dúvidas sobre o que fazer à Emissora Católica assombraram diversos governos, como reconheceu, mais tarde, o General Costa Gomes: “*Hesitou-se, durante muito tempo, se a “Rádio Renascença” devia ou não ser nacionalizada*”.⁷²

⁶⁹ Ibidem, p. 344.

⁷⁰ “Bispos e Estado ainda não se entendem sobre a Rádio”, in *Expresso*, 26 Abril 1975. Citação da carta enviada ao *Expresso* pelo Secretariado da Conferência Episcopal Portuguesa.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Costa Gomes, *Sobre Portugal – Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p. 75.

5. A ocupação

Às 19 horas de 27 de Maio as instalações da Rua Capelo foram ocupadas por alguns funcionários de Lisboa, havendo duas versões sobre o que se passou exactamente nessa tarde. De acordo com o Conselho de Gerência a ocupação foi consumada com a participação de elementos estranhos à RR, o que é desmentido pelo depoimento de João Alferes Gonçalves, na altura redactor-locutor e membro da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores.⁷³ Seguiu-se a ocupação do Centro Emissor da Buraca, e, a par desta situação, um número indeterminado de funcionários foi proibido de entrar nas instalações da estação.

Perante este novo cenário, o Conselho de Gerência considerou não ter condições para continuar o seu trabalho na Rua Capelo, passando a trabalhar nas instalações dos serviços administrativos da empresa, situados no Largo da Biblioteca Pública.⁷⁴ A estação passou a ser dirigida por um grupo de trabalhadores da actividade radiofónica de Lisboa, apoiados por organizações partidárias e sindicais, contra a vontade dos gerentes, que suspenderam os vencimentos dos ocupantes.⁷⁵ A RR abandonou igualmente a designação de Emissora Católica.⁷⁶

Reagindo a esta situação, os trabalhadores do Porto decidiram tomar uma posição independente, passando a difundir uma emissão autónoma para o Norte e Centro do país. Aos ouvintes foi explicada a situação que se vivia na capital, bem como as razões que levaram a emissora do Porto a suspender a ligação aos estúdios da capital, onde um "*grupo constituído por menos de um quarto da totalidade do pessoal da empresa*"⁷⁷ se havia apoderado da emissão.

O conflito na RR deixara assim de se situar no âmbito de uma luta entre a Gerência e os trabalhadores, uma vez que estes passaram a estar divididos e a maioria defendia a posição dos proprietários.

⁷³ O jornal *Expresso* de 31 Maio 1975, bem como o Comunicado dos trabalhadores dos estúdios do Porto, radiodifundido a 28 Maio 1975, referem a participação na ocupação de elementos estranhos à Emissora Católica Portuguesa. Esta informação não é confirmada por João Alferes Gonçalves que, em depoimento, recolhido a 18 Junho 1999, sublinha a não interferência neste processo de elementos estranhos à estação emissora.

⁷⁴ Actual Largo da Academia Nacional das Belas Artes.

⁷⁵ Todos os funcionários que não concordavam com a ocupação foram interditos de entrar no edifício da Rua Capelo.

⁷⁶ Cf. José Medeiros Ferreira e Maria Inácia Rezola, "Igreja, Política e Religião", in José Mattoso, *História de Portugal*, Vol. VIII, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 260-271.

⁷⁷ "Comunicado", 28 Maio 1975.

Nos estúdios de Lisboa, os produtores independentes foram informados da possibilidade de continuarem com os seus programas, desde que, num prazo de vinte e quatro horas, efectuassem o pagamento do tempo de antena à ordem dos ocupantes.⁷⁸ Os produtores de “Página Um” aceitaram imediatamente estas condições, mas todos os restantes programas foram suspensos.

Nesta altura o emissor da Lousã, no centro do país, encontrava-se a retransmitir a emissão proveniente do Porto. Sendo um emissor que tanto podia retransmitir a emissão do Norte, como a do Sul, acabou por ser palco de confrontos entre os dois grupos. Logo após a ocupação, ocorrida em Lisboa, a Gerência ordenou que fosse desactivada a hipótese do emissor ser controlado à distância, de forma a que permanecesse permanentemente ligado ao Porto. Aliás, pouco depois da ocupação, o chefe dos serviços técnicos, Máximo Marques, deslocou-se aos emissores de Portalegre e Montejunto, cortando a ligação com Lisboa e colocando-os a difundir a emissão que passava pela Lousã, obviamente na esperança de que este emissor permanecesse ligado aos estúdios do Norte.

Quatro dias após a ocupação da estação, na madrugada de 31 de Maio, foram presos, pelo COPCON, três funcionários da RR defensores da posição do Episcopado: Máximo Marques, Manuel Jorge Graça Diogo e Vítor Diogo, todos do sector técnico. A detenção ocorreu de madrugada com mandados de captura assinados por Otelo Saraiva de Carvalho.⁷⁹ Os três homens foram levados para Caxias, acusados de envolvimento nos acontecimentos do 11 de Março.

Na tentativa de libertar os funcionários, o Conselho de Gerência e o Patriarca de Lisboa efectuaram diversas diligências. Tendo recebido a informação de que Otelo se encontrava numa reunião do Conselho da Revolução, no Palácio de Belém, D. António Ribeiro deslocou-se pessoalmente ao local, conjuntamente com o Arcebispo de Mitilene, D. Júlio Tavares

⁷⁸ Cf. Carta remetida pela Comissão Coordenadora dos Trabalhadores de Lisboa a dois dos produtores independentes: Armando Marques Ferreira e Carlos Nascimento, 22 Maio 1975.

⁷⁹ Cf. “Ordem de Captura” emitida contra Máximo Marques, 30 Maio 1975, documento dactilografado.

Nesta época os militares procederam à detenção de centenas de pessoas, “servindo-se para o efeito de quaisquer pretextos, utilizando mandados de captura em branco, quase todos assinados por Otelo Saraiva de Carvalho”. (Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand / Bomen, 1995, p. 387).

Rebimbas. Após o final da reunião em curso, os dois prelados foram recebidos pelo Comandante do COPCON. Durante o diálogo que travaram, Otelo Saraiva de Carvalho não mostrou vontade em resolver a situação dos três detidos, o que irritou profundamente o Cardeal Patriarca.⁸⁰ De qualquer forma, apesar de aparentemente ter sido uma conversa de surdos, o certo é que teve frutos, embora não imediatos, e os três homens foram libertados na tarde de 2 de Junho.⁸¹ Durante o período em que estiveram presos foram interrogados uma vez sobre o seu hipotético envolvimento no golpe de 11 de Março, posteriormente desmentido pelo próprio Conselho da Revolução.

Além de todo o eco que teve na imprensa portuguesa, o conflito na Emissora Católica foi também objecto de notícia na imprensa europeia, e chegou a ser motivo de preocupação por parte de organismos internacionais. Foi o caso do Instituto Internacional de Imprensa, cujo director, Ernest Meyer, telefonou ao Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, “protestando contra a acção dos trabalhadores numa estação de rádio administrada pela igreja católica.”⁸²

Entretanto, na Lousã, emissor chave para a rede nacional de FM, sucediam-se as lutas entre as duas facções de trabalhadores. A 30 de Maio, Gomes da Costa, responsável por aquele emissor, havia tornado permanente a ligação com o Porto. No entanto, três dias depois, um grupo de trabalhadores de Lisboa conseguiu fazer a comutação com os estúdios da capital. Esta situação apenas vigorou durante algumas horas, uma vez que o responsável pela instalação voltou a repôr a ligação com o Porto.

No dia 5 correram boatos de que o emissor ia ser novamente ocupado por apoiantes dos trabalhadores que controlavam os estúdios de Lisboa.

⁸⁰ Depoimento de Fernando Magalhães Crespo, em 08 Março 1999:

“Eu fiquei numa sala ao lado com o Dr. Torgal Ferreira mas conseguimos ouvir parte dessa conversa da qual ainda me lembro. O Cardeal pedia explicações ao Otelo que se desculpava, dizendo que a ordem havia sido dada pelo Almirante Rosa Coutinho. Foi uma conversa de surdos e quando acabou só me lembro do Senhor Cardeal dizer em voz alta “Corja de indecentes!””

⁸¹ É importante recordar que, de acordo com o *Relatório da Comissão de Averiguação de Violências sobre Presos Suspeitos às Autoridades Militares*, “houve casos de detidos só libertados ao fim de meses, sem nunca terem sido interrogados ou sem lhes ser comunicado ou explicado o motivo da detenção ou formulada qualquer acusação”. (Citado por Diogo Freitas do Amaral, *op. cit.*, p. 387). Alguns presos foram mesmo sujeitos a torturas, nomeadamente no RALIS e no Regimento de Polícia Militar.

⁸² “A liberdade de expressão na Rádio Renascença – pediu a Vasco Gonçalves o Instituto Internacional de Imprensa”, in *Diário de Notícias*, 03 Junho 1975.

Os populares da região tomaram providências vigiando o emissor, mas de pouco valeu, uma vez que, no dia 7, as Forças Armadas resolveram intervir, impedindo a passagem aos indivíduos que não se identificassem como trabalhadores da estação. Sendo assim, a ocupação foi consumada nesse próprio dia e foi reposta a ligação a Lisboa. Além disso, as instalações do emissor permaneceram sob vigilância de elementos fiéis aos ocupantes.

Este cenário manteve-se até 15 de Junho, data em que se deslocaram à Lousã o gerente Fernando Magalhães Crespo e diversos trabalhadores defensores da posição da Gerência. Chegado ao emissor, este grupo teve de enfrentar dois elementos que lá se encontravam, fiéis aos ocupantes. Perante um cenário de confronto eminente, o Delegado do Quartel General da Região de Coimbra, Major Tonelo, optou por proceder à evacuação das instalações, colocando na rua os que apoiavam os ocupantes, bem como o gerente Magalhães Crespo e os funcionários de Lisboa e do Porto que o acompanhavam. O emissor foi desligado, tendo ficado interdita a colocação no ar de qualquer emissão. Sendo assim, os estúdios de Lisboa ficaram a difundir apenas para a zona da capital e de Setúbal, enquanto que os estúdios do Porto emitiam para a região Norte do país.

Entretanto, a 8 de Junho, o Conselho de Gerência resolveu tomar uma posição mais enérgica, e, em conferência de imprensa, apresentou a posição do Episcopado, considerando que o caso da RR poderia levar a “um ponto de ruptura entre a Igreja e o Estado”.³³ Aliás, a hipótese de existência desta cisão sempre assustou o PS, cujo secretário-geral manteve contactos regulares com D. António Ribeiro.³⁴

A possível ruptura entre as duas instituições não foi o único aviso deixado pela Gerência. Na referida conferência de imprensa os gerentes deixaram igualmente claro que a situação já havia atingido o limite, ante-endo-se um endurecimento da sua posição. Desta forma, nesse mesmo dia, foi solicitado às agências de informação France Press e Reuter para cortarem o fornecimento dos serviços noticiosos, o que aconteceu poucas horas após a formulação do pedido. A partir desta data, os serviços de notícias internacionais passaram a ser transmitidos a partir do RCP. Foi

³³ Citado em “O problema da Rádio Renascença poderá atingir um ponto de ruptura entre a Igreja e o Estado”, in *Diário de Notícias*, 09 Junho 1975.

³⁴ “O PS [...] teve sempre a preocupação de impedir que se desse uma cisão, que seria de consequências imprevisíveis e certamente indesejáveis [...]. Foi uma das minhas preocupações constantes [...] evitar a cisão entre a Igreja e o Estado ocorrida na I República.” (Mário Soares em entrevista a Maria João Avelaz, *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 450).

igualmente solicitado o corte do fornecimento de energia eléctrica aos estúdios da Rua Capelo e aos emissores da Buraca. Este pedido nunca foi, contudo, acatado.

Alguns dias mais tarde, a 11 de Junho, a emissão em FM foi desligada também por decisão do Conselho de Gerência. Para tal procedeu-se à paragem do emissor de Monsanto, o que na prática se traduziu no silenciamento da rede de FM do Centro e do Sul do país. Esta atitude foi considerada legal pelo Ministério da Marinha, que tinha a seu cargo a segurança da Central Transmissora de Monsanto.⁸⁵ Até à restituição à Igreja Católica a rede de FM não voltou a funcionar, na medida em que a Marinha passou a impedir o acesso ao emissor de elementos não autorizados pela Gerência.

A 7 de Julho foi eleita uma comissão "Ad Hoc", num plenário que juntou os trabalhadores dos Serviços Administrativos, do Centro Emissor da Buraca, da Tipografia e alguns elementos dos Estúdios de Lisboa. A referida comissão, que contava igualmente com o apoio dos funcionários do Porto, era composta por sete elementos: Albérico Fernandes, Máximo Marques, Adriano Pereira Caldas, Maria Lourenço, Manuel Diogo, Paulo Oliveira e Rolando Morais.⁸⁶ Este grupo acusou os ocupantes de "tentativa de controlo económico da empresa, alijamento da Comissão Mista nomeada pelo Governo, conferência de imprensa dada em nome de todos os trabalhadores, ocupação dos Estúdios de Lisboa, assalto ao Centro Emissor de Benfica [e] assalto ao Emissor da Lousã".⁸⁷ No comunicado da Comissão "Ad Hoc" lê-se que o grupo ocupante nunca reivindicou "quaisquer regalias no campo laboral ou no do aperfeiçoamento profissional, conduzindo o processo exclusivamente para o controlo e domínio efectivo da RR, pretendendo colocá-la ao serviço de determinadas opções políticas."⁸⁸

À medida que a tensão crescia a emissora continuava a emitir música essencialmente de conteúdo revolucionário, transmitindo também notícias referentes aos então criados conselhos revolucionários dos soldados, trabalhadores e marinheiros. Era igualmente dado grande destaque ao caso do jornal *República* e às actividades do COPCON. A este respeito

⁸⁵ Cf. "Conselho de Gerência pára emissão FM de Rádio Renascença", in *A Capital*, 11 Junho 1975.

⁸⁶ Cf. "A Reuter e a France Presse cortaram o noticiário à Rádio Renascença", in *Diário de Notícias*, 10 Junho 1975.

⁸⁷ "Comissão "ad hoc" de Trabalhadores de Rádio Renascença, Lda. - Comunicado", 09 Junho 1975, documento dactilografado.

⁸⁸ *Ibidem*.

Otelo Saraiva de Carvalho deu uma longa entrevista à RR, a 14 de Junho, em que sublinhou os benefícios da revolução e defendeu uma solução radical para os que se opunham ao processo revolucionário: *“Eu, às vezes, chego a pensar que a nossa inexperiência revolucionária, enfim, teria sido melhor se, em Abril de 74 encostássemos à parede ou mandássemos para o Campo Pequeno, uma centenas ou uns milhares de contra-revolucionários; eliminando-os, à nascença.”*⁸⁹

Nesta altura, a sobrevivência da estação era assegurada pelos apoios de organizações sindicais e associações de trabalhadores exteriores à estação, que compartilhavam com os ocupantes os mesmos ideais de extrema-esquerda. Em contrapartida, era feita publicidade gratuita a cooperativas e empresas controladas por grupos de trabalhadores. Esta era a única forma da estação continuar no ar, na medida em que as receitas publicitárias diminuíram cerca de 80 por cento, até porque a Intervoz, concessionária de publicidade da RR, recusou-se a trabalhar para os ocupantes. De resto, além de existirem ordenados em atraso, as linhas telefónicas que estavam a ser utilizadas haviam sido instaladas, clandestinamente, por membros do Sindicato dos Telefonistas.

6. Manifestações frente ao Patriarcado

Dentro da estação a situação agravava-se, tendo sido marcada uma manifestação de apoio aos cerca de dezanove ocupantes,⁹⁰ frente ao Patriarcado de Lisboa, no dia 18 de Junho. A convocação foi feita por diversos sindicatos ligados à informação e representantes de vários sectores: jornalistas, revisores de imprensa, tipógrafos e telecomunicações. Ao protesto aderiram algumas forças políticas, com destaque para a UDP (União Democrática Popular), MES (Movimento de Esquerda Socialista) ORPCML,

⁸⁹ Entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho citada em “Enfim, teria sido melhor se em Abril de 74 encostássemos à parede centenas ou milhares de contra-revolucionários – afirmou o general Otelo Saraiva de Carvalho”, in *O Primeiro de Janeiro*, 15 Janeiro 1975.

⁹⁰ A maioria dos documentos quantifica em dezanove o número de trabalhadores ocupantes. A listagem, elaborada pela Gerência, a 26 Junho 1975, quantifica apenas em dezasseis esses trabalhadores em situação irregular, o que provavelmente se explica com a saída de alguns elementos, nomeadamente Pedro Castelo, que abandonou a RR no final de Junho. Na origem da sua saída esteve, segundo o próprio, uma discordância total com o caminho que a luta dos trabalhadores estava a percorrer. (Cf. Depoimento de 28 Junho 1999).

(Organização para a Reconstrução do Partido Comunista Marxista Leni-
nista), e AEPPA (Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas).⁹¹

O jornal *Tempo* refere igualmente a presença, na manifestação, de vá-
rios elementos com braçadeiras do MDP/CDE, do PCP e da FSP (Frente
Socialista Popular), que levavam “uma grande bandeira vermelha.”⁹² De qual-
quer forma, não foi por nós encontrado qualquer apelo feito por estes agru-
pamentos políticos incitando à participação dos seus militantes no protesto,
que viria, posteriormente, a ser condenado pelo próprio Partido Comunista.

A manifestação contava igualmente com o apoio do Secretariado
Regional do movimento Cristãos pelo Socialismo, e, além da RR, foi ampla-
mente divulgada por outros órgãos de informação com destaque para a
EN e RCP que, no dia anterior, fizeram eco das palavras de ordem do pro-
testo: “Fora o Patriarcado reaccionário”, “Viva a luta dos trabalhadores da
Rádio Renascença” e “Trabalho sim, desemprego não”. De qualquer forma,
a RR de Lisboa foi o órgão de comunicação que mais incitou à participa-
ção popular neste protesto contra a autoridade eclesiástica, acusada de ser
uma aliada da classe burguesa a quem o governo havia cedido.⁹³

Durante a emissão, que antecedeu a concentração no Campo de Santa-
nana, foram colocadas no ar diversas chamadas telefónicas de ouvintes
apoiando a luta dos ocupantes e criticando, em tom ofensivo, a Igreja de
Lisboa. Foram igualmente lidos diversos comunicados de associações e
organizações políticas que convocavam os seus militantes para a concen-
tração frente ao Patriarcado.

A Igreja procurou responder ao anunciado protesto com uma contra-
manifestação. Durante uma reunião dos párocos de Lisboa, o Conselho de
Gerência solicitou aos sacerdotes que reunissem os fíéis e assim manifes-
tassem o seu apoio ao Patriarca e à Emissora Católica. Apesar de alguns
sacerdotes terem recusado aceitar o desafio, a maioria respondeu de forma
positiva e foram distribuídos pela cidade alguns panfletos, apelando à par-
ticipação dos católicos: “*Amigo: Queres viver no Portugal livre? Ouvir a
verdade sobre os acontecimentos? Luta por uma Rádio Renascença ao ser-
viço da Igreja e do Povo. Vem à manifestação de apoio ao Patriarcado.*”

⁹¹ Cf. Emissão RR, 18 Junho 1999.

⁹² Cf. “A noite mais longa para 800 cristãos”, in *Tempo*, 26 Junho 1975.

⁹³ “A luta da Rádio Renascença é contra todos os partidos burgueses que pretendem
controlar os órgãos de informação para caluniar a luta dos trabalhadores e calar a voz das
organizações políticas antifascistas, anticapitalistas e anti-imperialistas. O governo mantém
posições vacilantes. Concorde com o patronato. O Ministro Correia Jesuino afirma aos tra-
balhadores: “Nós estamos derrotados e vocês também.” (Emissão RR, 18 Junho 1975).

Quarta-feira, dia 18, às 18 horas.”⁹⁴ Este texto veio posteriormente a ser considerado, pelo COPCON, como subversivo pelo facto de estar redigido em linguagem considerada tendenciosa.⁹⁵

A manifestação convocada pelos sindicatos partiu do Rossio, cerca das 19 horas. À chegada ao Campo de Santana, a multidão juntou-se ao grupo que havia respondido ao apelo da UDP e de outros movimentos de extrema-esquerda. Houve então alguns ataques verbais entre os pró-ocupantes e os católicos pró-Episcopado, que também se haviam concentrado frente ao Patriarcado.

Por volta das 20 horas, as forças desequilibraram-se com a chegada de uma manifestação de trabalhadores dos TLP, defensores das posições dos ocupantes. Perante a possibilidade de um confronto, as forças de segurança que estavam no local, da Polícia Militar e da PSP, tornaram-se mais visíveis, disparando tiros para o ar. De qualquer forma, não evitaram a violência com arremesso de pedras. Esta situação levou cerca de um milhão de católicos,⁹⁶ incluindo cerca de 38 feridos,⁹⁷ a refugiarem-se no interior do Patriarcado, onde D. António Ribeiro controlou pessoalmente as operações. No exterior as palavras de ordem passaram entretanto a ser: “Morte à canalha”, “Poder a quem trabalha” e “Fascistas para o Campo Pequeno”. Nesta ocasião, o Cardeal “terá recebido um telefonema pessoal de Mário Soares, disposto a apoiar o Patriarcado, e a enviar militantes socialistas para o Campo de Santana”.⁹⁸

⁹⁴ Cf. Emissão RR, 18 Junho 1975; Cf. “O Caso da Rádio Renascença – Manifestantes continuam junto ao Patriarcado”, in *Diário de Lisboa*, 19 Junho 1975.

⁹⁵ Cf. “Alguns contramanifestantes encontravam-se armados – afirma-se num comunicado do COPCON”, in *Diário de Notícias*, 20 Junho 1975.

⁹⁶ Num comunicado do Serviço de Informação do Patriarcado, distribuído à comunicação social no dia 20 de Junho, é quantificado em mil o número de católicos que se refugiaram nas instalações do Paço Episcopal. O jornal *Tempo* refere cerca de oitocentos, enquanto que o *Diário Popular* cita o Major Repolho, do COPCON, segundo o qual se cifrava em novecentos o número de pessoas que haviam procurado refúgio no interior do Patriarcado.

⁹⁷ No mesmo comunicado do Patriarcado o número de feridos foi estimado em 39: 38 entre o grupo de cristãos e um entre os apoiantes da UDP. O *Diário Popular*, citando um elemento da Cruz Vermelha, refere a existência de 39 feridos entre os partidários da Igreja. O *Diário de Notícias* refere, em artigo publicado na mesma data, a existência de cerca de quinze feridos, incluindo um soldado. O *Diário de Lisboa*, do dia 19, refere entre 15 a 20 feridos.

⁹⁸ José António Santos e Ricardo Saavedra, *António Ribeiro – Patriarca de Lisboa*, Lisboa, Editorial Notícias, 1996, p. 29.

A evacuação do edifício e a assistência aos feridos “foi dificultada, porque os manifestantes, no exterior, não deixavam passar as ambulâncias, entretanto chamadas. Somente a uma equipa da Cruz Vermelha Portuguesa foi consentido entrar no Patriarcado, tendo então aí prestado os primeiros socorros aos feridos.”⁹⁹ Perante este cenário colocou-se a hipótese dos católicos permanecerem no interior do Paço Episcopal até que os manifestantes desmobilizassem, o que acabou por não acontecer.

O Comandante das forças militares do COPCON propôs a saída das pessoas, depois de identificadas, sendo a identificação dos homens feita numa unidade militar. Contra esta proposta revoltou-se o próprio Cardeal Patriarca que declarou a sua decisão de acompanhar todos aqueles que fossem levados para instalações militares. Face a esta posição de D. António Ribeiro, acabou por ser negociada a saída de todos, sem que fossem objecto de identificação.

O primeiro grupo saiu, de madrugada, em camiões descobertos, escoltados por forças militares. Seguiu-se um segundo grupo que abandonou o edifício, já de manhã, em viaturas cobertas. De qualquer forma, ambos os grupos foram alvo dos insultos directos dos cerca de quinhentos manifestantes¹⁰⁰ que permaneciam no exterior do edifício. Os últimos refugiados acabaram por sair apenas ao início da tarde.

Os acontecimentos ocorridos no Campo de Santana foram relatados por repórteres da RR, com destaque para António Santos, que, a partir do carro de exteriores, acompanhou todo o percurso da manifestação, convocada pelos sindicatos, desde o Rossio até ao Patriarcado. À medida que ia sendo feita a reportagem, eram lançadas várias acusações aos católicos que participavam na manifestação de apoio ao Episcopado. Além de terem sido apelidados de fascistas e reacccionários, foi por diversas vezes sublinhado o facto de gritarem como palavras de ordem “Viva a Ditadura”, o que parece não corresponder à verdade na medida em que este suposto facto não mereceu qualquer referência na imprensa.

O incidente, no Campo de Santana, mereceu as mais diversas reacções. O Partido Socialista (PS)¹⁰¹ solidarizou-se com os Bispos, considerando

⁹⁹ Patriarcado de Lisboa – Serviço de Informação, “Os recentes acontecimentos no Patriarcado de Lisboa”, 20 Junho 1975, documento dactilografado.

¹⁰⁰ Cf. “A Manifestação de apoio aos trabalhadores da Rádio Renascença – As forças do COPCON procederam à evacuação do Patriarcado”, in *Diário de Notícias*, 20 Junho 1975.

¹⁰¹ É importante não esquecer que também os socialistas estavam a levar a cabo uma luta contra o PCP e a extrema esquerda revolucionária a propósito do controlo de um órgão de comunicação: o jornal *República*.

que a liberdade religiosa não se limitava à liberdade de culto, mas implicava necessariamente “o direito de a Igreja utilizar os meios de comunicação social (Rádio, Imprensa, etc.) para os fins que lhe são próprios.”¹⁰² O Partido Popular Democrata (PPD) saiu também em defesa da Hierarquia, condenando a violência de que foram alvo os católicos, bem como a agressão que sofreram no direito que lhes assistia de expressarem publicamente as suas opiniões e convicções. Posição idêntica foi assumida pelo CDS e pelo Partido da Democracia Cristã (PDC).¹⁰³

Num tom diferente pronunciaram-se o PCP, a UDP, a LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária) e o Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão. Todos eles consideraram esta questão como sendo meramente laboral, sem qualquer carácter ideológico ou religioso. Em relação às manifestações propriamente ditas, o PCP sublinhou o facto de em nada contribuírem para a solução dos problemas existentes, considerando que apenas beneficiaram “a reacção”. A direcção do PCP deixou também claro ser defensora da liberdade religiosa, condenando “todos os actos e atitudes que representem uma ofensa aos sentimentos religiosos”.¹⁰⁴ Esta posição do Comité Central está de acordo com declarações anteriores, em que o partido manifestou a sua preocupação com a sobrevalorização de falsas questões, como a religiosa, que acarretava a divisão da classe trabalhadora.¹⁰⁵

A JOC, os Leigos Progressistas da Graça e os Cristãos pelo Socialismo foram três movimentos católicos que manifestaram também a sua solidariedade para com os ocupantes. A JOC acusou a Hierarquia de não estar interessada numa mudança no interior da sociedade portuguesa, enquanto os Leigos Progressistas da Graça lançaram fortes críticas aos bispos portugueses, acusando-os de utilizarem métodos de evangelização fascistas.¹⁰⁶

¹⁰² Citado em “Onze horas de luta pela R.R. – Contramanifestantes retirados em camiões militares”, in *A Capital*, 19 Junho 1975.

¹⁰³ Esta tomada de posição do CDS e do PPD levou os trabalhadores ocupantes a reafirmar a acusação de que os dois partidos haviam estado por detrás da contramanifestação. A acusação foi feita num boletim informativo distribuído uma semana após os distúrbios frente ao Paço Episcopal e foi prontamente desmentida pelas direcções das duas forças políticas em questão.

¹⁰⁴ Citado em “Rádio Renascença – os Bispos portugueses desejam desempenhar o papel de mártires”, in *O Século*, 26 Junho 1975.

¹⁰⁵ Cf. Paula Borges Santos, “O Caso da Rádio Renascença”, in *História*, nº 27, Julho/Agosto 2000, p. 52.

¹⁰⁶ “O Episcopado, míope como tem sido, ainda não reconheceu a derrota, motivada por uma linha de evangelização que exerceu durante cerca de meio século de fascismo.”

Também o COPCON se pronunciou sobre os acontecimentos no Campo de Santana, criticando a atitude dos párocos de Lisboa pelo facto de terem apelado aos seus paroquianos para participarem na manifestação de apoio ao Patriarca. O COPCON acusava também os católicos de intenções pouco claras pelo facto de terem sido encontradas em sua posse correntes de ferro, bastões metálicos e soqueiras. A esta acusação respondeu o Patriarcado, num comunicado em que sublinhou o facto das forças do COPCON somente terem exibido uma corrente e uma soqueira encontradas em poder do grupo que se refugiou no Paço Episcopal. Por outro lado, o texto recordava que entre os manifestantes pró-Patriarcado houve 38 feridos.

Após este episódio, o Papa Paulo VI e o Conselho Permanente do Episcopado mostraram-se solidários com a Igreja de Lisboa. Na mensagem papal, enviada a D. António Ribeiro pelo secretário de estado do Vaticano, Cardeal Jean Villot, é nítida a preocupação da Santa Sé com a situação que se vivia em Portugal.¹⁰⁷ Por seu lado, o Conselho Permanente do Episcopado considerou que o protesto ocorrido no Campo de Santana havia sido um atentado contra a liberdade do Povo e da Igreja Católica. Os bispos aproveitaram também para se solidarizarem com o Cardeal Patriarca, considerando que a diocese de Lisboa estava unida em torno do seu Bispo.

Nesta mesma altura, o Conselho de Gerência endureceu a sua posição face à ocupação que se vivia na Emissora Católica, e, em carta enviada ao Ministro da Comunicação Social, foi pela primeira vez solicitada a paralisação dos estúdios de Lisboa, até que a emissora fosse entregue aos proprietários. Enquanto tal não tivesse lugar a estação continuaria “a emitir normalmente a partir dos seus Estúdios do Porto com os Emissores a eles ligados.”¹⁰⁸

Uma das consequências mais visíveis dos incidentes frente ao Patriarcado foi a dissolução da Comissão Mista, através de um despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério da Comunicação Social. A Comissão havia sido criada a 27 de Março para resolver o litígio entre os trabalhadores e a entidade patronal. No entanto, o executivo

(Citado em “O Conflito da Rádio Renascença provocou incidentes diplomáticos – sublinha-se no despacho que dissolve a comissão mista criada pelo Governo”, in *Diário de Notícias*, 21 Junho 1975).

¹⁰⁷ Citado em “Comunicados sobre manifestação dominam conflito na Renascença”, in *A Capital*, 23 Junho 1975.

¹⁰⁸ Carta remetida pelo Conselho de Gerência ao Ministro da Comunicação Social, 20 Junho 1975, documento dactilografado.

acabou por concluir que aquele organismo era incapaz de encontrar uma solução para o problema.

Nos estúdios do Porto existiram também alguns protestos. A UDP marcou uma manifestação para a tarde do dia 20 de Junho, contra os que eram apelidados de “fascistas que no norte detêm a Rádio Renascença”.¹⁰⁹ De qualquer forma, a adesão ao protesto foi bastante reduzida,¹¹⁰ o que não impediu que, durante o Verão, vários grupos se concentrassem na Rua Sá da Bandeira, frente aos estúdios, protestando contra o facto dos trabalhadores do Porto não estarem ao lado dos ocupantes de Lisboa.¹¹¹ Além destes protestos, registaram-se também diversas manifestações de sinal contrário, ou seja, de apoio à posição da RR-Porto. Grupos organizados de cristãos assumiram mesmo a responsabilidade de protecção dos estúdios e dos vários emissores espalhados pelo Norte do país.

O caso da RR havia-se, pois, radicalizado de tal forma que alguns trabalhadores abandonaram o Conselho de Gestão, por não concordarem com o rumo que os acontecimentos estavam a seguir.¹¹² Aliás, de acordo com *O Jornal*, o número de ocupantes foi diminuindo à medida que a luta se foi radicalizando.¹¹³ Com estas saídas o órgão de gestão dos trabalhadores passou a estar dominado por sectores da extrema-esquerda,¹¹⁴ o que correspondia à radicalização política que se vivia no país em pleno Verão Quente. Não restavam agora dúvidas sobre a natureza política do conflito.

¹⁰⁹ “Onze horas de luta pela R.R. – Contramanifestantes retirados em camiões militares”, in *A Capital*, 19 Junho 1975.

¹¹⁰ Cf. “O caso da Rádio Renascença visto do Porto através de entrevistas com os trabalhadores dissidentes”, in *Tempo*, 26 Junho 1975. Entrevista a Jorge Peixoto, Jorge Balsa e Pe. Eloy Pinto.

¹¹¹ Na madrugada de 25 de Junho o COPCON foi forçado a intervir para evitar confrontos na Rua Sá da Bandeira. Na origem desta situação esteve o facto da estação ter incluído, no seu “Programa Aberto a Trabalhadores”, uma mesa redonda com quatro trabalhadores de escritório, que expuseram os seus problemas. Reagindo contra as declarações proferidas no programa, um grupo de pessoas manifestou-se ruidosamente pedindo para também ser ouvido: “A uma pergunta que lhes foi feita se queriam falar sobre problemas de trabalhadores, terão respondido que apenas queriam chamar aquela emissora “reaccionária e partidária”.” (“O caso da Rádio Renascença – Incidentes ontem de madrugada junto aos estúdios do Porto”, in *Diário de Notícias*, 27 Junho 1975).

¹¹² Entre as saídas do Conselho de Gestão destacam-se as de João Alferes Gonçalves e Pedro Castelo. Este último abandonou mesmo a Emissora Católica.

¹¹³ “De momento, sabe-se que o número de ocupantes é de 12 (no início, 16), enquanto os restantes trabalhadores totalizam 98.” (*O Jornal*, 14 Novembro 1975)

¹¹⁴ Cf. Depoimento de João Alferes Gonçalves, em 18 Junho 1999.

Isso mesmo confessou o Pe. Eloy Pinho, que na reunião da Casa de Retiros de S. Mamede, em Janeiro, havia votado ao lado dos trabalhadores, contra a proposta de co-gestão apresentada pelo Conselho de Gerência. Era sua convicção, na altura, que a luta era meramente laboral e não política. No entanto, seis meses depois, em entrevista ao semanário *Tempo*, o Pe. Eloy Pinho questionava se alguma vez teria havido um conflito de carácter laboral: *“É meu convencimento [...] que isto não é uma questão de trabalho, é uma questão política. Se alguma vez chegou a ser um problema de trabalho – do que muitos duvidam também aqui – julgo que se tornou questão de controlo da informação.”*¹¹⁵

7. Católicos em protesto

A 27 de Junho completou-se o primeiro mês de ocupação da RR. Em sequência dos incidentes frente ao Patriarcado, o Conselho de Ministros aprovou a devolução da emissora aos proprietários. Mário Soares, na altura Ministro sem pasta, foi uma das figuras que mais defendeu publicamente a posição do Episcopado. Em entrevista ao periódico *Tempo*, o líder socialista considerou que a questão da Emissora Católica se inseria num assalto global aos meios de comunicação que estava a ser levado a cabo por grupos políticos com o objectivo de tomarem o poder por vias antidemocráticas.

A decisão de devolver a Emissora Católica à Igreja foi comunicada aos ocupantes, a 1 de Julho, pelo Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, e pelo Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino, que prometeram novos postos de trabalho a todos os que abandonassem as instalações da RR de forma espontânea. De qualquer forma, a oferta dos dois governantes não aliciou os trabalhadores, e pouco depois do final da reunião, em que tomaram conhecimento da decisão do executivo, os ocupantes leram, aos microfones da estação, um comunicado em que reafirmavam a sua intenção de continuar a luta a favor dos interesses da classe operária.

Após a leitura do comunicado a emissão foi preenchida por notas de organizações políticas e de grupos de trabalhadores, atacando ferozmente a Igreja Católica e o governo e apelando a uma concentração frente aos estúdios da Rua Capelo. O Comité Marxista Leninista Português (CMLP) foi uma das forças políticas que apelou aos seus militantes para se concentrarem

¹¹⁵ “Avoluma-se o conflito da Rádio Renascença – Profundo fosso entre as duas partes”, in *Tempo*, 26 Junho 1975.

frente à RR de Lisboa: “*Não podemos permitir que o Vaticano faça ouvir a sua propaganda venenosa, enquanto se cala a voz dos revolucionários e das organizações comunistas.*”¹¹⁶ Foram igualmente emitidos inúmeros telefonemas insultuosos para com Vasco Gonçalves e Correia Jesuino, alguns dos quais defendendo a demissão imediata do Ministro da Comunicação Social.

Pouco depois de ter sido divulgada a decisão tomada pelo governo, começaram a surgir frente aos estúdios da emissora centenas de pessoas, afectas a movimentos e partidos políticos de extrema-esquerda, manifestando o seu apoio aos ocupantes. Elementos do PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias), FEC, MES, LCI (Liga Comunista Internacionalista), LUAR, UDP, CMLP e do movimento Cristãos pelo Socialismo concentraram-se na Rua Capelo, entoando canções revolucionárias, nomeadamente a “Internacional”, e ostentando cartazes com palavras de ordem diversas: “*Abaixo o Patriarcado Reaccionário*”, “*Fora com a Canalha, Poder a quem Trabalha, [...] Vigilantes, Camaradas, Lutemos Contra o Fascismo e seus Encobridores*” e “*Morte ao Fascismo e à Pide*”. No interior da estação encontravam-se, além dos trabalhadores, algumas dezenas de pessoas estranhas à emissora, entre as quais [...] Américo Duarte, deputado da Constituinte pela U.D.P.”¹¹⁷

Os apoiantes de Vasco Gonçalves estavam, de facto, convictos de que a melhor solução era a entrega da estação à autoridade eclesiástica. Seria uma forma de evitar a tão temida crise entre o Estado e a Igreja. “Ao contrário, Otelo Saraiva de Carvalho e os oficiais do COPCON entendiam que os trabalhadores deviam ter órgãos de informação que veiculassem as suas posições e lutas”.¹¹⁸ De resto, o COPCON emitiu um comunicado, a 3 de Julho, apoiando os ocupantes.¹¹⁹ Desta forma, Otelo Saraiva de Carvalho acabou por nunca executar a ordem de devolução da emissora aos representantes dos proprietários, tal como não havia procedido à entrega do jornal *República* à redacção e à direcção de tendência socialista. É que, nem o governo, nem o Chefe de Estado tinham força para fazer cumprir as suas decisões, como o próprio General Costa Gomes admitiu posteriormente.¹²⁰

¹¹⁶ Comunicado lido na emissão da RR, 01 Julho 1975.

¹¹⁷ “Manifestantes apoiam os trabalhadores da R.R.”, in *Expresso*, 02 Julho 1975.

¹¹⁸ Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *Portugal depois de Abril*, Lisboa, [s.n.], 1976, p. 217.

¹¹⁹ Cf. Vaza Pinheiro, *579 – Quinhentos e Setenta e Nove Dias de Revolução*, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 16.

¹²⁰ “[...] Não tínhamos força. Mais: tínhamos quase a certeza de que não éramos completamente obedecidos. Isto é, podíamos ter retornado a “Renascença” ao Patriarcado

A promessa feita pelo governo acabou assim por nunca ser cumprida. Dado o protesto frente aos estúdios em Lisboa, o executivo sentiu-se desapoiado no interior do Conselho da Revolução, que revogou a decisão do governo, nomeando uma Comissão Administrativa para gerir a RR,¹²¹ até à “nacionalização das frequências de rádio e das empresas emissoras nacionais”.¹²² Perante este cenário, Vasco Gonçalves pediu a demissão mas os seus colaboradores acabaram por convencê-lo a permanecer na liderança do executivo.¹²³

A criação da Comissão Administrativa causou surpresa em todos os sectores da sociedade portuguesa e mereceu críticas severas por parte do Conselho Permanente do Episcopado. Para os bispos o Conselho da Revolução havia voltado com a palavra atrás, o que era uma prova da “fraqueza do Poder constituído perante grupos minoritários”.¹²⁴ Opinião idêntica manifestaram os trabalhadores não ocupantes e os produtores independentes de Lisboa e do Porto.

Após estas tomadas de posição, o Conselho de Gerência endereçou um ofício ao Ministro da Comunicação Social, Correia Jesuino. No texto os três gerentes solicitavam a anulação da decisão que havia criado a Comissão Administrativa.¹²⁵ Por outro lado, manifestavam a intenção de continuar em funções, dado contarem com o apoio da Hierarquia e da maioria dos funcionários.

Dada esta nova realidade, os meses de Julho e Agosto ficaram marcados por manifestações em diversas cidades do país, que juntaram milhares de católicos que assim expressarem o seu apoio ao Episcopado no caso da RR. O primeiro protesto teve lugar em Aveiro, a 13 de Julho. Mais de dez mil pessoas percorreram as ruas da cidade,¹²⁶ e no Largo da Sé

durante uns dias. Nada nos garantia, no entanto, que, afrouxadas as medidas então tomadas, não se voltasse à situação anterior [...]. Rarcavam, com efeito, as forças e as poucas existentes não eram favoráveis ao cumprimento de ordens que, por elas, não fossem consideradas completamente justas.” (Costa Gomes, *op. cit.*, p. 75).

¹²¹ A comissão era composta por representantes dos três ramos das Forças Armadas: Coronel Rogério de Andrade Chermont Bandeira, Capitão Adolfo da Silva Figueiredo e Capitão António Luís da Fonseca Pereira Modesto.

¹²² “Decisão inesperada do Conselho da Revolução – A nacionalização como saída para o caso da Renascença”, in *Expresso*, 04 Julho 1975.

¹²³ Cf. Avelino Rodrigues, Cesário Borge e Mário Cardoso, *op. cit.*, p. 217.

¹²⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, *op. cit.*, pp. 344-345.

¹²⁵ Cf. Carta remetida pelo Conselho de Gerência ao Ministro da Comunicação Social, 07 Julho 1975, documento dactilografado.

¹²⁶ O número de manifestantes foi quantificado por Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 170.

Catedral foram proferidos alguns discursos, nomeadamente de D. Manuel de Almeida Trindade, que sublinhou o carácter apartidário da manifestação e expressou o desejo do exemplo da sua cidade ser seguido em outros pontos do país.¹²⁷ O apelo lançado acabou mesmo por ter eco e o exemplo dos aveirenses espalhou-se a várias cidades, tendo havido manifestações em Viseu, a 20 de Julho; em Bragança, a 27; em Coimbra, a 3 de Agosto; em Lamego e Braga, a 10; e em Leiria e Vila Real, a 24.

Em Viseu, milhares de católicos¹²⁸ desfilaram pelas ruas da cidade até ao Largo da Sé. No final, D. José Pedro da Silva agradeceu a solidariedade dos fiéis e lembrou que os direitos fundamentais da natureza humana tinham de ser defendidos de uma forma determinada, incluindo o direito da Igreja Católica possuir e orientar os meios de comunicação social de que era proprietária. Já em Bragança, D. Manuel de Jesus Pereira aproveitou a ocasião, em que estavam reunidos alguns milhares de pessoas, para criticar a generalidade dos meios de comunicação pelas ofensas que haviam dirigido ao “bom Povo do Nordeste, acoimando-o de atrasado.”¹²⁹

Em Coimbra, o protesto juntou cerca de trinta mil pessoas¹³⁰ mas a maior manifestação acabou por ser em Braga onde cerca de uma centena de milhar de católicos¹³¹ desfilaram até à Sé Catedral. Seguiu-se o discurso de D. Francisco Maria da Silva que sublinhou a oposição da Igreja Católica à projectada nacionalização dos órgãos de informação. O Bispo de Braga sintetizou da seguinte forma o momento político que se vivia em Portugal: “[...] *Dum lado, uma minoria, contra a vontade do Povo, está a impor à Nação o comunismo, onde não tem lugar a Pátria independente, nem a Religião; doutro lado, uma esmagadora maioria a dizer “NÃO” a tal comunismo. Não está em jogo o programa do 25 de Abril (mas sim os desvios posteriores!)*”¹³²

Os protestos populares de apoio à Emissora Católica contribuíram para o aparecimento de sentimentos anticomunistas no seio de alguns sectores maioritários da sociedade portuguesa. Para António de Spínola estes protestos populares, tal como as manifestações convocadas pelo PS em

¹²⁷ “*Que os cristãos adormecidos, acordem finalmente. Acordem! Acordem!*” (Citado por Manuel de Almeida Trindade, *op. cit.*, p. 356).

¹²⁸ O semanário *Tempo*, na sua edição de 24 Julho 1975, estima em mais de trinta e cinco mil o número de pessoas presentes na manifestação.

¹²⁹ Citado em “Bragança: Católicos manifestam-se”, in *Tempo*, 31 Julho 1975.

¹³⁰ Cf. “Coimbra: Cristãos manifestam-se”, in *Tempo*, 07 Agosto 1975, p. 7.

¹³¹ Cf. “Braga: Cristãos manifestam-se”, in *Tempo*, 14 Agosto 1975, p. 9.

¹³² Citado em “Braga: Cristãos manifestam-se”, in *Tempo*, 14 Agosto 1975.

várias regiões do país, eram a prova de que os portugueses não queriam um regime comunista, mas sim um regime democrático, como o que era defendido no programa do MFA.¹³³

Os assaltos às sedes do PCP, do MDP/CDE e dos partidos de extrema-esquerda multiplicaram-se no Norte, no Centro e nos Açores, numa luta que era reduzida, pela imprensa lisboeta, a “pequenos ataques reaccionários”. Os constantes títulos do *Diário de Notícias* e *O Século*, apelidando o Norte de reaccionário, contribuíram largamente para avivar ainda mais o sentimento anticomunista, colocando a população, maioritariamente camponesa, e enquadrada pela Igreja Católica, em confronto com as ideologias políticas que fervilhavam em Lisboa, e que ignoravam por completo os sentimentos católicos enraizados na maioria da população portuguesa. Mário Soares, num comício em Braga, no mês de Julho, defendeu mesmo que “o *Diário de Notícias* e *O Século* não se deviam comprar.”¹³⁴

Alguns jornais chegaram a ser queimados por populares, insatisfeitos com o caminho que a revolução tomara. Eram essas mesmas pessoas que viam na Emissora Católica um símbolo da ocupação levada a cabo por movimentos que ignoravam as ambições e as convicções do país real a quem o projecto colectivista não seduzia. O próprio Otelo Saraiva de Carvalho, em entrevista à RR, a 14 de Junho, havia reconhecido que o regime socialista que se pretendia instaurar estava a ser imposto por uma minoria.¹³⁵

Álvaro Cunhal, por seu lado, reconheceu que o caso da Emissora Católica custou caro aos comunistas, que, na sua opinião, acabaram por servir de bodes expiatórios: “A linguagem odienta num certo período da *Rádio Renascença*, o radicalismo extremista na República, provocaram

¹³³ “As últimas manifestações ocorridas no País demonstram-nos à evidência que o Povo Português começou a tomar consciência de que fora traído na prossecução dos ideais de liberdade e democracia que proclamei à Nação na madrugada de 26 de Abril de 1974. (António de Spínola, “Entrevista concedida ao correspondente no Brasil da agência EFE, no Rio de Janeiro, em 02 de Agosto de 1975”, in *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática / Bertrand, 1976, p. 252).

¹³⁴ Mário Soares em entrevista a Maria João Avillez, *op. cit.*, p. 136.

¹³⁵ “É necessário, portanto, que haja uma consciência nacional, aberta para a revolução socialista, uma mentalização muito grande do povo porque, infelizmente, o nosso povo, não foi preparado para a Revolução Socialista. A Revolução foi desencadeada por um grupo muito pequeno de oficiais que contagiaram sargentos e praças”. (Citado em “Enfim, teria sido melhor se em Abril de 74 encostássemos à parede centenas ou milhares de contra-revolucionários — afirmou o general Otelo Saraiva de Carvalho”, in *O Primeiro de Janeiro*, 15 Janeiro 1975).

indignação, não contra os esquerdistas, mas contra o PCP, que muita gente enganada pelas campanhas caluniosas da reacção e do PS pensava estar à frente dessas lutas."¹³⁶ Nesta perspectiva, a extrema-esquerda acabou por se revelar como a principal força anticomunista, na luta pelo controlo dos órgãos de comunicação: "*Incapazes de considerar soluções de compromisso, arrastando trabalhadores na ilusão de uma vitória total porque diziam ter com eles o COPCON, agudizando cada vez mais e artificialmente os conflitos, os esquerdistas têm grandes responsabilidades na derrota dos trabalhadores nos órgãos de Comunicação Social*".¹³⁷ Esta afirmação do líder histórico do PCP mostra que, de facto, os acontecimentos precipitaram-se de tal forma que escaparam ao controlo do seu partido.¹³⁸

8. O extremar das posições: da ocupação militar à bomba

A 19 de Setembro tomava posse o VI Governo Provisório, composto essencialmente por socialistas e social-democratas, e chefiado por Pinheiro de Azevedo. A revolução entrava numa fase mais moderada. Três dias depois, o executivo recebeu um ofício do Conselho de Gerência pedindo uma solução urgente para o problema da RR. Os gerentes utilizavam como argumento os elevados prejuízos que a ocupação estava a provocar à emissora, ultrapassando já vinte mil contos, o que colocava em causa o futuro dos mais de oitenta trabalhadores da estação.

Neste mesmo dia correram rumores de que o novo Ministro da Comunicação Social, Almeida Santos, se preparava para entregar a RR à entidade patronal. Por esta razão, às 12.45 não foi emitido o noticiário habitual. A emissão foi antes preenchida por música e canções, incluindo o "Alerta Internacional". Foi lançado um apelo à população em geral para se manter atenta à emissão da tarde durante a qual foi lido, por diversas vezes, um comunicado através do qual os ouvintes eram alertados para os rumores que corriam sobre a entrega da estação à Igreja, na sequência do que apelidavam de "negociatas de Belém e S. Bento para a formação do VI Governo".¹³⁹ Os ocupantes acusavam o novo executivo de estar ao serviço da burguesia e de não respeitar as conquistas dos trabalhadores.

¹³⁶ Álvaro Cunhal, *op. cit.*, p. 70.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ Esta opinião é partilhada por Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 172.

¹³⁹ Citado em "Rádio Renascença - Alerta dos trabalhadores contra a hipótese da entrega da emissora ao Patriarcado", in *O Século*, 23 Setembro 1975.

A este comunicado respondeu Almeida Santos quando, em declarações ao “Telejornal” da RTP, esclareceu não ter feito qualquer afirmação que pudesse indiciar que o governo se preparava para entregar a Emissora Católica aos seus proprietários. Apesar disso, na edição de 23 de Setembro, o jornal *República* lançava a suspeita da existência de um acordo entre o PPD, o PS e o PCP para que a RR fosse devolvida à Igreja.

Na madrugada do dia 30, pelas 4 horas, a emissão de Lisboa foi interrompida em sequência da paragem dos emissores decidida pelo governo e levada a cabo por militares do Regimento de Comandos que permaneceram no local a vigiar as instalações do Centro Emissor da Buraca, de forma a evitar uma nova ocupação por parte dos trabalhadores do sector radiofónico. A vigilância militar manteve-se apenas durante duas semanas uma vez que se tornou insustentável a permanência de militares no local, dado que estes eram constantemente ameaçados ou seduzidos, acabando por desmobilizar, ou aderir à causa dos ocupantes.¹⁴⁰ Por esta razão, a 15 de Outubro, dois oficiais do exército, cumprindo ordens do Chefe de Estado, selaram os emissores.

Finda a operação de selagem, as forças militares até então estacionadas na Buraca abandonaram o local, que ficou apenas a ser vigiado por dois elementos da PSP. Esta atitude provocou grande agitação entre os trabalhadores que, em comunicado, especularam sobre a origem da ordem de selagem. Esta dúvida foi esclarecida no dia seguinte pela Presidência da República, que justificou a decisão com o facto de se manterem os motivos que levaram à ocupação, sem que, no entanto, se justificasse a permanência de forças militares no Centro Emissor.¹⁴¹

Neste mesmo dia teve lugar um plenário junto dos emissores, em que estiveram presentes diversas comissões de moradores e trabalhadores, bem como representantes de algumas unidades militares. Ficou decidido convocar uma manifestação para o dia 22, às 19.30, em Sete Rios, que desfilaria até junto do Centro Emissor da Buraca. Foi igualmente decidido enviar duas moções ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Conselho da Revolução, manifestando a discordância com a situação que se estava a viver.

¹⁴⁰ Cf. Depoimento de Máximo Marques, 11 Maio 1999; Cf. “West. Europe – Military rulers have left-wing radio blown up in Portugal”, in *The Times*, 08 Novembro 1975: “In October, when Admiral Pinheiro Azevedo, the Prime Minister, sent in troops to bring the radio stations to heel, the soldiers sided with the broadcasting staff.”

¹⁴¹ Cf. “A Presidência da República e a selagem das instalações da Rádio Renascença”, in *Diário de Notícias*, 17 Outubro 1975.

Com a ocupação e posterior silenciamento dos emissores, a situação da RR agravava-se de dia para dia, com um prejuízo que se cifrava entre os 1200 e os 1500 contos por mês.¹⁴² Para fazer face a esta situação, em meados de Outubro, a Liga dos Amigos da RR deu início a uma campanha, consciencializando os seus sócios, e os católicos em geral, para a necessidade de sentirem a Emissora Católica como um projecto seu e assim ajudarem financeiramente a estação. Esta campanha prova um certo clima de confiança existente, por parte da Igreja Católica, na resolução do diferendo a seu favor.¹⁴³

No dia 22, realizou-se a manifestação previamente convocada por 70 comissões de trabalhadores, moradores e soldados,¹⁴⁴ com o apoio de diversas organizações políticas e sindicais, incluindo FUR (Frente Unitária Revolucionária), UDP, AEPPA, Grupo de Acção Cultural e SUV (Soldados Unidos Vencerão). “A Rádio é do Povo, não é do Capital” e “Rádio Renascença a funcionar já” foram as principais palavras de ordem da marcha, entre Sete Rios e a Buraca, que juntou alguns milhares de pessoas.¹⁴⁵

Por volta das 11 da noite, tendo a manifestação chegado ao seu destino, foi improvisado um comício onde alguns oradores recordaram a história da RR e criticaram duramente os colegas do Porto, acusados de terem feito a cobertura de um comício do CDS. No final dos discursos foi decidido dar um prazo de hora e meia para a desselagem dos emissores. Uma delegação de trabalhadores, composta por vários soldados e quatro trabalhadores da Lisnave, Setenave, ENI e RR, deslocou-se ao COPCON onde manteve um encontro informal com Otelo Saraiva de Carvalho, que remeteu a solução do caso para o Presidente da República, que acabou por não receber a delegação, argumentando que estava a poucas horas de partir para o Vaticano, onde iria ser recebido pelo Papa Paulo VI.

Sensivelmente às 3.15 da madrugada o selo foi rasgado pelos manifestantes. Com a ajuda de terceiros, os trabalhadores ocupantes deram início à reparação dos emissores já que algumas peças, nomeadamente os

¹⁴² Estes valores foram apontados pelo Conselho de Gerência, num comunicado divulgado a 13 de Outubro 1975.

¹⁴³ Cf. Carta remetida pela Direcção da Liga dos Amigos da Rádio Renascença ao Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, 09 Outubro 1975.

¹⁴⁴ Cf. “Rádio Renascença já funciona – Milhares de manifestantes apoiam desselagem do emissor da Buraca”, in *A Capital*, 22 Outubro 1975.

¹⁴⁵ De acordo com a RTP o protesto juntou cerca de dez mil pessoas. Um número contestado pelos ocupantes que quantificaram em várias dezenas de milhar o número de trabalhadores que tomaram parte na manifestação.

cristais, haviam sido retirados aquando da selagem do Centro Emissor, com o intuito de impedir que os ocupantes voltassem a colocar a emissão no ar.

Após a reparação do emissor de OM, às 2 horas da madrugada do dia 23, os estúdios de Lisboa voltaram a emitir. A emissão recomeçou com a “Internacional” e um indicativo de estação que frisava o objectivo dos ocupantes em colocarem a emissora “ao serviço da classe operária, camponeses e demais povo explorado”.¹⁴⁶

A emissão dos estúdios de Lisboa podia assim ser captada na região de Lisboa, enquanto no Porto continuava uma programação independente, crítica da situação que se vivia na capital. Com o emissor da Lousã parado a emissão do Norte não chegava ao Sul nem vice-versa. Esta situação levou os ocupantes a exigirem a reabertura deste emissor sob o pretexto dos camponeses do Norte necessitarem de uma ampla campanha de consciencialização política.

Face a este novo cenário, nem o Conselho de Gerência, nem a Comissão “Ad Hoc” dos Trabalhadores ficaram indiferentes. Em dois comunicados, emitidos a 23 de Outubro, os dois órgãos colocaram sérias dúvidas sobre o futuro do país, uma vez que a autoridade do Estado parecia estar colocada em causa. Isso mesmo admitiu Pinheiro de Azevedo. O Primeiro-Ministro prometeu resolver o problema da Emissora Católica de Lisboa, que continuava a assumir o papel de “porta-voz oficial da esquerda “revolucionária”, lançando permanentemente para o ar uma agressiva e demolidora campanha contra o Governo e o Movimento.”¹⁴⁷ A questão estava no centro das preocupações do executivo, e foi analisada numa reunião conjunta do Conselho de Ministros e do Conselho da Revolução a 6 de Novembro. No encontro, que só terminou de madrugada, foi decidido silenciar, de forma definitiva, a voz dos estúdios de Lisboa, através da colocação de explosivos nos emissores da Buraca. A operação teve lugar na madrugada seguinte mas não agradou ao Chefe de Estado. Apesar de, na altura, não se ter pronunciado publicamente sobre o assunto, posteriormente, Costa Gomes fez questão de salientar que não foi ouvido sobre a solução a adoptar para a RR.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Citado em “Trabalhadores repararam o emissor da Renascença”, in *República*, 23 Outubro 1975.

¹⁴⁷ José Gomes Mota, *A Resistência – Subsídios para o estudo da crise político-militar do Verão de 1975*, Lisboa, Edições do Jornal Expresso, 1976, p. 177.

¹⁴⁸ “Não houve qualquer razão válida para destruir, através de explosivos, a “Renascença”, ainda que ela estivesse constantemente a atacar o Governo e os seus membros e a

A condenação ao bombardeamento foi geral e chegou dos mais diversos quadrantes. Os próprios militares reagiram contra, incluindo a força de pára-quedistas que havia tomado parte activa na destruição dos emissores.¹⁴⁹ Na mesma linha pronunciaram-se os sargentos da Base e Escola de Pára-quedistas de Tancos, bem como o Regimento da Polícia Militar. Contudo, estas tomadas de posição por parte dos militares foram denunciadas pelo Capitão Barroca Monteiro, Comandante da Companhia de Caçadores Pára-quedistas 121 que procedeu à colocação dos explosivos. Para Barroca Monteiro a situação de conflito entre oficiais e sargentos do corpo de pára-quedistas já se arrastava há algum tempo e o caso da RR foi apenas um pretexto para que esse conflito tomasse contornos mais visíveis. Sobre a situação anárquica e de total indisciplina que se vivia na força de pára-quedistas, Barroca Monteiro apontou o dedo a um grupo de 20 sargentos, de um total de 300 que maioritariamente continuavam fiéis ao Conselho da Revolução.¹⁵⁰

Do lado dos partidos políticos a condenação ao bombardeamento foi geral, desde o PCP ao CDS. O Partido Comunista, num extenso comunicado, repudiou “o brutal processo escolhido para silenciar a Rádio Renascença”,¹⁵¹ enquanto que o presidente dos democrata-cristãos considerou que o método escolhido pelo Conselho da Revolução foi claramente reprovável.¹⁵² A lista das entidades que se manifestaram contra a destruição dos emissores inclui um número bastante significativo de forças políticas, nomeadamente, FUR, FSP, LUAR, PRP, MES, MDP/CDE, AEPPA, LCPR e CMLP.

Também o Conselho de Gerência expressou a sua surpresa pela destruição dos emissores, recordando a existência de um compromisso por parte do governo, segundo o qual “os Estúdios de Lisboa e o Centro Emissor da Rádio Renascença na Buraca, abusivamente ocupados por um grupo minoritário de trabalhadores e elementos estranhos, seriam resti-

instigar os trabalhadores a processos de luta violenta. Era conveniente silenciá-la, mas havia processos técnicos para a fazer calar, sem se tornar necessário destruir o emissor da Buraca.” (Costa Gomes, *op. cit.*, p. 76).

¹⁴⁹ Num encontro com a imprensa, os pára-quedistas alegaram desconhecer a missão que iam realizar quando colaboraram com a PSP na destruição dos emissores.

¹⁵⁰ Cf. “Segundo o homem que dinamitou a RR – A força de pára-quedistas poderá vir a ser extinta”, in *O Jornal*, 14 Novembro 1975.

¹⁵¹ Citado em “Semelhante aos actos do ELP” – Condenação geral da destruição da Renascença”, in *República*, 10 Novembro 1975.

¹⁵² Cf. “A direita e a esquerda condenam a destruição na Rádio Renascença” in *Diário Popular*, 10 Novembro 1975.

tuídos aos seus legítimos proprietários.”¹⁵³ Em comunicado, assinado a 10 de Novembro, os gerentes protestaram contra o que consideraram ser o infeliz desfecho do caso, fruto da falta de autoridade do Estado. De qualquer forma, apesar do bombardeamento, a Gerência manifestou a sua esperança na resolução do caso da Emissora Católica.

9. Devolução à Igreja

Após o 25 de Novembro surgiu de novo o espectro de nacionalização de todas as estações de radiodifusão. Em relação a este projecto a Igreja Católica manifestou sempre a sua oposição. Para a Hierarquia não era aceitável que os católicos fossem privados do direito de exprimir livremente as suas opiniões, através de uma emissora que foi por si construída. Logo no início de 1975, quando se colocou, pela primeira vez, a hipótese do Estado assumir a gestão de todas as estações radiofónicas, o Episcopado havia deixado claro que tal atitude seria considerada um atentado à liberdade da Igreja.

Foi com o intuito de demover o governo desta sua intenção que o Conselho de Gerência reuniu com o Ministro da Comunicação Social, a 29 de Novembro. A proposta de Almeida Santos passava pela nacionalização da Emissora Católica que, no entanto, ficaria com os seus estúdios onde poderia produzir programas que seriam transmitidos na Empresa Pública de Radiodifusão em determinados períodos horários que, posteriormente, seriam entregues à Igreja.

A proposta governamental foi claramente rejeitada pela Gerência da RR que chamou a atenção para as consequências que a projectada nacionalização poderia acarretar, nomeadamente a abertura de um conflito grave entre a Igreja Católica e o Estado. Para os gerentes, além de contrariar frontalmente o espírito da Concordata, entre a Santa Sé e o Estado Português, a nacionalização da RR não se justificava, pois na última conferência da UIT não havia sido introduzido qualquer corte nas frequências de OM atribuídas a Portugal. Além disso, duas estações estrangeiras, a “Raret” e a “Deutsche Welle”, possuíam estações emissoras em território português, que não seriam certamente nacionalizadas.¹⁵⁴

¹⁵³ “Comunicado do Conselho de Gerência de Rádio Renascença”, 10 Novembro 1975, documento dactilografado.

¹⁵⁴ Cf. “Posição da Rádio Renascença em face do projecto de nacionalização de todas as estações particulares de radiodifusão”, 01 Dezembro 1975, documento dactilografado.

Esta posição do Conselho de Gerência foi apoiada pelo próprio Cardeal Patriarca de Lisboa. Em carta endereçada ao Ministro da Comunicação Social, D. António Ribeiro recordou a Concordata, revista em Fevereiro de 1975, para defender que à Igreja foi reconhecido o direito de comunicar livremente com os seus fiéis, podendo para tal socorrer-se de meios de comunicação próprios. De acordo com o Cardeal Patriarca, a concretizar-se a nacionalização da emissora da Igreja isso significaria a abertura do caminho para a existência de um monopólio estatal de informação "próprio dos regimes totalitários, monopólio que o regime totalitário anterior ao 25 de Abril não ousou consumir, no caso da Emissora Católica."¹⁵⁵

Perante esta recusa por parte da Gerência e do Patriarcado em aceitar a proposta do governo, Almeida Santos cedeu aos argumentos da Igreja¹⁵⁶ e a Concordata acabou por ser o fundamento legal utilizado para justificar a não inclusão da Emissora Católica no lote das rádios que foram nacionalizadas ao abrigo do decreto-lei n.º 674-C. De acordo com este despacho governamental, a nacionalização pretendia, antes de mais, garantir que a rádio assegurasse um serviço público, o que até então se havia revelado impossível, pelo facto das emissões serem "indiferentes aos sentimentos, às apetências e às necessidades e interesses do povo português".¹⁵⁷ O decreto de nacionalização incluía todas as estações de radio-difusão de maior potência "com a só excepção, de entre essas, da Rádio Renascença".¹⁵⁸ De fora do decreto ficaram igualmente algumas emissoras de menor potência: Rádio Altitude da Guarda, que pertencia ao Sanatório; Emissora das Beiras (Rádio Polo Norte) situada no Caramulo; e três estações existentes nos Açores e na Madeira.

Solucionada a questão legal, a RR foi devolvida à Igreja Católica no mês de Dezembro. Precedendo a devolução oficial, Fernando Magalhães Crespo e Luís Torgal Ferreira esclareceram, em entrevista ao jornal *Tempo*, quais as grandes linhas orientadoras da RR: "*Numa palavra: está ao serviço do Homem e empenhada na construção de uma nova sociedade, de uma democracia pluralista onde se promovam os verdadeiros valores da Justiça, da Liberdade, da participação e da abertura ao Transcendente.*"¹⁵⁹

¹⁵⁵ Carta remetida pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e Presidente da Conferência Episcopal ao Ministro da Comunicação Social, 30 Novembro 1975, documento dactilografado.

¹⁵⁶ Cf. Depoimento de Fernando Magalhães Crespo, em 08 Março 1999.

¹⁵⁷ "Decreto-Lei n.º 674-C/75", in *Diário da República*, I Série, 02 Dezembro 1975.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ "Rádio Renascença: "O principal foi o governo reconhecer à Igreja o direito de ter a sua própria emissora", in *Tempo*, 18 Dezembro 1975.

Os gerentes da Emissora Católica sublinharam igualmente o facto dos católicos terem em mãos um grande desafio: o de sentirem a RR como sua e de a apoiarem, tanto a nível financeiro, como a nível da crítica.

Conclusão

Podemos afirmar que o caso da RR teve grande impacto na situação política que se viveu em Portugal no pós 25 de Abril, nomeadamente no Verão Quente de 75, quando, no Norte e no Centro do país, milhares de pessoas se mobilizaram em redor do Episcopado e da Emissora Católica, não só defendendo a restituição da RR à Igreja Católica, como também manifestando o seu desagrado para com o percurso político que estava a ser percorrido pela revolução.

O caso da RR transformou-se numa das lutas político-ideológicas com maior visibilidade na sociedade portuguesa, graças à forte tradição e ao elevado nível de implantação da Igreja Católica, principalmente no Norte e no Centro. A revolução que avançava em Lisboa não estava, de facto, em consonância com os valores e as expectativas da maioria da população, tendo sido o caso da RR aquele que mais incentivou uma tomada de posição por parte de uma maioria dita silenciosa, mas que saiu à rua, nos meses de Julho e Agosto, mostrando a sua recusa para com o modelo político que as forças partidárias mais à esquerda tentavam instaurar no país. Desta forma, a luta travada no interior da RR acabou por ser decisiva para o desencadear do 25 de Novembro.

Por outro lado, a situação vivida na Emissora Católica só pode ser entendida quando enquadrada no contexto político então vigente. A RR foi motivo de aproveitamento político por diversas forças partidárias de ambos os lados do espectro político, na medida em que tanto a extrema-esquerda como a direita e a esquerda moderada tentaram retirar dividendos do caso da RR.

O período de tempo situado entre o 25 de Abril e o final do PREC, além de uma intensa luta político-ideológica, ficou igualmente marcado por um debate sobre o papel que a Igreja Católica deveria assumir na nova sociedade que então começava a germinar. Esta discussão, situada no seio da própria Igreja, está patente nas diversas posições, muitas vezes contraditórias, tomadas por diversos sectores católicos em relação ao caso da RR.